



RELATÓRIO DE RESULTADOS

2017, apuração 2018

FORTALEZA-CE
Nov, 2018

Missão

Ser guardião dos recursos públicos estaduais, contribuindo para o aprimoramento da governança e da gestão pública em benefício da sociedade.

CONSELHEIROS

Presidente

Edilberto Carlos Pontes Lima

Vice-Presidente

Rholden Botelho de Queiroz

Corregedor

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Conselheiros

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa

Soraia Thomaz Dias Victor

Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Davi Ferreira Gomes Barreto (Ouvidor)

Itacir Todero

Paulo César de Souza

Manassés Pedrosa Cavalcante

Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior

David Santos Matos

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE CEARÁ

Procurador-Geral de Contas em exercício

Júlio César Rola Saraiva

Procurador de Contas

Eduardo Sousa Lemos

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

José Aécio Vasconcelos Filho

Leilyanne Brandão Feitosa

Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino

CORPO TÉCNICO

Secretário de Controle Externo

Raimir Holanda Filho

Secretário Adjunto de Controle Externo

Eugênio de Castro e Silva Menezes

Diretor de Controle Especializado

Carlos Alberto de Miranda Nascimento

Gerência de Avaliação de Políticas Públicas

José Ricardo Moreira Dias – Gerente

Francisco das Chagas Evangelista

Giovanna Augusta Moura Adjafre

Luiz Gonzaga Dias Neto

Priscila Lima de Castro

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará apresenta, por meio deste relatório, os resultados consolidados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal, IEGM TCE CE dos municípios cearenses, 2017 (apuração 2018), oferecendo um diagnóstico da gestão municipal, a partir de 7 dimensões: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas, governança de tecnologia da informação.

O trabalho é produto de Acordo de Cooperação entre Tribunais de Contas brasileiros, dentre os quais este TCE Ceará, e o Instituto Rui Barbosa, que objetivou a formação da Rede Nacional de Indicadores Públicos (REDE INDICON) e a disponibilização da metodologia de apuração de indicadores, destinados a compor o IEGM.

O IEGM tem por objetivo orientar os gestores municipais a implantar os processos e controles no âmbito das sete dimensões avaliadas, ajudando a gestão a melhorar os resultados de suas políticas públicas, para que, por fim, os produtos e serviços públicos tenham impacto no desenvolvimento socioeconômico da sua população.

Os dados para apuração foram coletados por meio da aplicação de questionários eletrônicos aos responsáveis pelas administrações municipais, que puderam ser preenchidos de 16 de abril a 22 de maio de 2018. As orientações foram dadas em ofício circular enviado a todos os prefeitos.

Os resultados colaboram com o aprimoramento da gestão dos recursos públicos e da efetiva execução das políticas públicas municipais, uma vez que possibilitam a correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento pelas administrações públicas municipais. Além disso, favorece a transparência e o controle social ao evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as exigências da sociedade, além de contribuir para o aperfeiçoamento das próprias atividades de controle externo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Faixas de resultado do IEGM.....	11
Tabela 02: Memorial de cálculo para os indicadores setoriais.....	11

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: IEGM Ceará 2016, apurado em 2017.....	12
Gráfico 2: Comparativo IEGM Ceará 2016x2017.....	13
Gráfico 3: IEGM - Municípios por faixa.....	13
Gráfico 4: IEGM - Municípios por faixa e por dimensão de análise.....	14
Gráfico 5: IEGM – Porte do município.....	14
Gráfico 6: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Educ.....	15
Gráfico 7: Plano Municipal de Educação.....	15
Gráfico 8: Conselho Municipal de Educação.....	16
Gráfico 9: Reuniões do Conselho Municipal de Educação.....	16
Gráfico 10: Levantamento de necessidades de turmas.....	17
Gráfico 11: Monitoramento da taxa de abandono.....	17
Gráfico 12: Gestão do rendimento escolar.....	18
Gráfico 13: Laboratórios ou sala de informática.....	18
Gráfico 14: Merenda escolar.....	19
Gráfico 15: Controle das rotas do transporte escolar.....	20
Gráfico 16: Aspectos do corpo docente.....	20
Gráfico 17: Entrega de material escolar.....	21
Gráfico 18: Aplicação do FUNDEB.....	22
Gráfico 19: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Saúde.....	22
Gráfico 20: Existência do Conselho Municipal de Saúde.....	23
Gráfico 21: Reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde.....	23
Gráfico 22: Instalações de atendimento médico-hospitalar e UBS's.....	24
Gráfico 23: Consultas Médicas.....	24
Gráfico 24: Quadro médico.....	25
Gráfico 25: Estoque de insumos.....	25
Gráfico 26: Promoção do aleitamento materno.....	26
Gráfico 27: Promoção da saúde bucal nas escolas.....	26
Gráfico 28: Salas de vacinação.....	26
Gráfico 29: Existência de informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida.....	27
Gráfico 30: condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose.....	27
Gráfico 31: Aplicação mínima em saúde.....	28
Gráfico 32: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Planejamento.....	28
Gráfico 33: Percentual de alteração do planejamento inicial.....	29
Gráfico 34: Relação entre a despesa liquidada com investimentos e a receita arrecadada.....	30
Gráfico 35: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Fiscal.....	30
Gráfico 36: Relação entre a receita arrecadada e a receita prevista atualizada.....	31
Gráfico 37: Relação entre a despesa executada e a despesa fixada final.....	31
Gráfico 38: Execução orçamentária.....	31
Gráfico 39: Pagamentos realizados dos restos a pagar em relação a sua posição inicial.....	32
Gráfico 40: Despesas com Pessoal – Poder Executivo.....	32
Gráfico 41: Despesas com Pessoal – Poder Legislativo.....	33
Gráfico 42: Resultado financeiro (superavit/deficit).....	33
Gráfico 43: Apuração da dívida fundada em relação à Receita Corrente Líquida - RCL (aumento/redução).....	34
Gráfico 44: Apuração dos pagamentos dos precatórios.....	34
Gráfico 45: Repasse de duodécimos às Câmaras.....	35
Gráfico 46: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Amb.....	35
Gráfico 47: Estrutura organizacional.....	36
Gráfico 48: Planos Municipais.....	36
Gráfico 49: Ações e medidas de contingenciamento.....	36
Gráfico 50: Realização da coleta seletiva de resíduos sólidos.....	37

Gráfico 51: Campanhas Ambientais.....	37
Gráfico 52: Participação do treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros.....	38
Gráfico 53: Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (2017).....	38
Gráfico 54: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Cidade.....	39
Gráfico 55: Quesitos da dimensão i-Cidade.....	39
Gráfico 56: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Gov TI.....	40
Gráfico 57: Gestão da tecnologia da informação.....	41
Gráfico 58: Acesso à informação e Transparência.....	42
Gráfico 59: Dados da Dívida Ativa e do IPTU.....	42
Gráfico 60: Dados do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 IEGM TCE CE – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.....	9
1.2 Metodologia.....	9
1.2.1 Índices Setoriais (Dimensões de análise).....	9
1.2.2 Faixas de Resultado.....	10
1.2.3 Cálculo do IEGM TCE CE.....	10
1.2.4 Coleta dos dados.....	11
1.2.5 Cálculo do IEGM TCE CE.....	11
2 RESULTADOS.....	12
2.1 Resultados Consolidados.....	12
2.2 Dimensão Educação / i-Educ.....	15
2.3 Dimensão Saúde / i-Saúde.....	22
2.4 Dimensão Planejamento / i-Planejamento.....	28
2.5 Dimensão Gestão Fiscal / i-Fiscal.....	30
2.6 Dimensão Meio Ambiente / i-Amb.....	35
2.7 Dimensão Cidades Protegidas / i-Cidade.....	38
2.8 Dimensão Governança de Tecnologia da Informação / i-Gov TI.....	40
3 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO.....	44
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS.....	46

1 INTRODUÇÃO

1.1 IEGM TCE CE – Índice de Efetividade da Gestão Municipal - TCE Ceará

O IEGM TCE CE é um indicador de processo que mensura o grau de aderência da gestão municipal a determinados processos e controles em sete áreas: educação, saúde, gestão fiscal, planejamento, meio ambiente, defesa civil e governança em tecnologia da informação.

Com o índice, é possível observar a qualidade da aplicação dos recursos municipais elucidando, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

O IEGM, por ser aplicado em todos os municípios brasileiros, também é ferramenta que possibilita o intercâmbio de boas práticas entre os entes municipais.

1.2 Metodologia

1.2.1 Índices Setoriais (Dimensões de análise)

O IEGM TCE CE é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público municipal. São elas:

- Educação;
- Saúde;
- Planejamento;
- Gestão Fiscal;
- Meio Ambiente;
- Cidades Protegidas;
- Governança em Tecnologia da Informação.

Estas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas, gerando os seguintes índices componentes do IEGM:

I) i-Educ/IEGM TCE CE

O Índice Municipal da Educação mensura o grau de aderência da gestão pública municipal relativas à educação infantil e ensino fundamental, como infraestrutura escolar, avaliação escolar, planejamento de vagas, atuação do Conselho Municipal de Educação, merenda escolar, situação e qualificação de professores, quantitativo de vagas, material e uniforme escolares.

II) i-Saúde/ IEGM TCE CE

O Índice Municipal da Saúde mede o grau de aderência da gestão pública municipal no âmbito da atenção básica, cobertura e ação do Programa Saúde da Família, atuação do Conselho Municipal da Saúde, assiduidade dos médicos, atendimento à população para tratamento de doenças como a tuberculose e prevenção de doenças como a dengue, controle de estoque de insumos, cobertura das campanhas de vacinação e de orientação à população.

III) i-Planejamento/ IEGM TCE CE

O Índice Municipal do Planejamento verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, além de identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

IV) i-Fiscal/ IEGM TCE CE

Este índice mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

V) i-Amb/ IEGM TCE CE

O Índice Municipal do Meio Ambiente mensura o grau de aderência das ações da gestão municipal relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre resíduos sólidos, saneamento básico, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental.

VI) i-Cidade/ IEGM TCE CE

O Índice Municipal Cidades Protegidas mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa Civil.

VII) i-Gov TI/ IEGM TCE CE

O Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

1.2.2 Coleta dos dados

Os dados levantados para a construção do IEGM foram coletados por meio de formulários eletrônicos, um para cada dimensão de análise, totalizando sete questionários por município.

Os 184 municípios cearenses foram convocados a preencher os sete questionários. O não envio de, pelo menos, um dos questionários inviabilizaria o cálculo do IEGM do município.

As orientações quanto ao trabalho foram encaminhadas aos prefeitos municipais por meio do Ofício Circular nº 10/2018 GAB. PRESI., fundamentado no normativo vigente, qual seja, a Instrução Normativa 02/2017 do então Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará.

Outras ações de comunicação foram realizadas para difundir o trabalho, como orientações no sítio eletrônico do tribunal, inserções em rádio locais e parceria institucional de associações municipais.

Para acesso aos formulários eletrônicos, os jurisdicionados receberam uma mensagem na conta de e-mail cadastrada pelo prefeito no SIMWEB, com o link da página web, bem como uma chave de acesso exclusiva do questionário de cada dimensão para cada município.

O período para preenchimento e envio das respostas pelo sistema informatizado iniciou em 16 de abril e a data final de envio foi 22 de maio de 2018. Após essa data, o sistema foi desabilitado para o recebimento de respostas.

Ao final do prazo, foram recebidos os 7 questionários completos de 159 municípios. Os 25 municípios remanescentes foram eleitos para a etapa de validação, na qual também foram coletados *in loco* os formulários pendentes de envio, resultando nos 184 municípios cumprindo com o envio dos formulários das 7 dimensões.

A base de dados fica armazenada em servidor próprio do tribunal, e o tratamento para o cálculo do indicador é realizado sob a supervisão do Instituto Rui Barbosa.

1.2.3 Validação dos dados

A etapa de validação do levantamento dos dados para a construção do IEGM no âmbito do TCE Ceará teve o objetivo de validar uma amostra dos dados declarados nos questionários eletrônicos pelos municípios.

O trabalho foi realizado entre os dias 05 e 29 de junho de 2018. Foram visitados 25 municípios que não enviaram pelo menos um dos questionários de forma integral dentro do prazo. Foram eles: Umari, Paracuru, Pacajus, Altaneira, Itapipoca, Arneiroz, Eusébio, Itatira, Tauá, Acarape, Acopiara, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Choró, Guaramiranga, Ipu, Jati, Novo Oriente, Pacoti, Quixadá, Santana do Cariri, Senador Sá, Tarrafas e Várzea Alegre.

Foram validadas os quesitos das dimensões i-Educ e i-Saúde em cada um dos municípios visitados. A quantidade de questões alteradas foi pequena em relação à quantidade total de questões verificadas durante a validação, atingindo um percentual de apenas 6,80%, considerando que os questionários são auto declaratórios, corroborando com o nível de maturidade com que os questionamentos foram enfrentados pelos gestores municipais.

1.2.4 Faixas de Resultado

O IEGM TCE CE se enquadra em cinco faixas de resultado, definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 07 índices setoriais. O enquadramento dos municípios em cada uma destas faixas obedece aos seguintes critérios, conforme Tabela 1:

Tabela 01: Faixas de resultado do IEGM

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,00% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

Além dos critérios citados acima, outros dois serão observados na definição das faixas de resultado:

- Realocação da nota do município no IEGM para a faixa imediatamente inferior, quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;
- Índice Componente - Realocação para a faixa de resultado C – Baixo Nível de Adequação: quando não observar o contido no artigo 29-A da Constituição Federal.

1.2.5 Cálculo do IEGM TCE CE

A Tabela 02 exhibe a pontuação máxima e mínima que pode ser alcançada em cada uma das dimensões, bem como seus pesos e a fórmula matemática aplicada após análise fatorial.

Tabela 02: Memorial de cálculo para os indicadores setoriais

Indicador Setorial	Totalização	Peso da Dimensão	Fórmula matemática aplicada após análise fatorial
i-Educ	Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-Educ: $20/100 = 0,20$ (20%)	i-Educ = (Soma dos quesitos)/100
i-Saúde	Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-Saúde: $20/100 = 0,20$ (20%)	i-Saúde = (Soma dos quesitos)/100
i-Fiscal	Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-Fiscal: $20/100 = 0,20$ (20%)	i-Fiscal = (Soma dos quesitos)/1000

i-Planejamento	Pontos máximos: 400 Pontos mínimos: 000	i-Planejamento: 20/100 = 0,20 (20%)	i-Planejamento = (Soma dos quesitos)/400
i-Amb	Pontos máximos: 085 Pontos mínimos: 002	i-Amb: 10/100 = 0,10 (10%)	i-Amb = (Soma dos quesitos)/85
i-Cidade	Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-Cidade: 05/100 = 0,05 (5%)	i-Cidade = (Soma dos quesitos)/100
I-Gov TI	Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	I-Gov TI: 05/100 = 0,05 (5%)	I-Gov TI: (Soma dos quesitos)/100

A métrica de cálculo do IEGM, com base nos resultados dos indicadores setoriais é exibida por meio do seguinte modelo matemático:

$$\text{IEGM} = (\text{i-Educ} \times 20 + \text{i-Saúde} \times 20 + \text{i-Planejamento} \times 20 + \text{i-Fiscal} \times 20 + \text{i-Amb} \times 10 + \text{i-Cidade} \times 5 + \text{i-Gov TI} \times 5) / 100$$

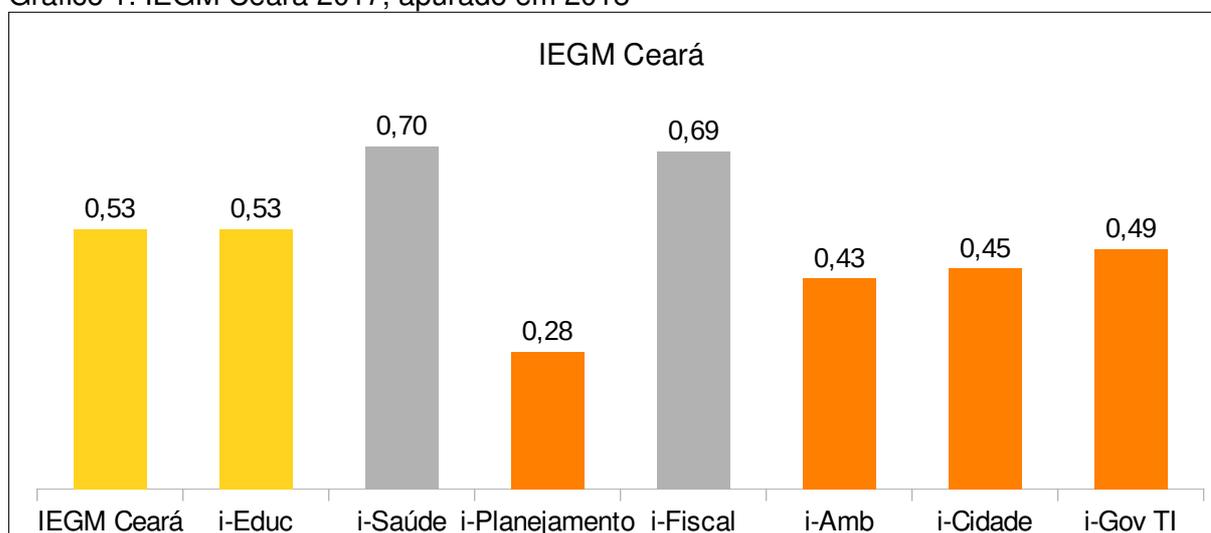
2 RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados dos 184 municípios cearenses participantes do trabalho, exibidos de forma consolidada. Não obstante cada município se encontrar em uma faixa de resultado de IEGM, as informações aqui apresentadas tem o propósito de demonstrar uma visão global do que foi apurado. Os dados individuais das dimensões de cada município podem ser observados no endereço eletrônico https://www6.tce.ma.gov.br/iegm_ranking/ranking.zul.

2.1 Resultados Consolidados

O Gráfico 1 apresenta os resultados consolidados do IEGM TCE CE dos municípios cearenses, o IEGM Ceará, bem como os números de cada um dos índices setoriais que compõem o resultado geral.

Gráfico 1: IEGM Ceará 2017, apurado em 2018

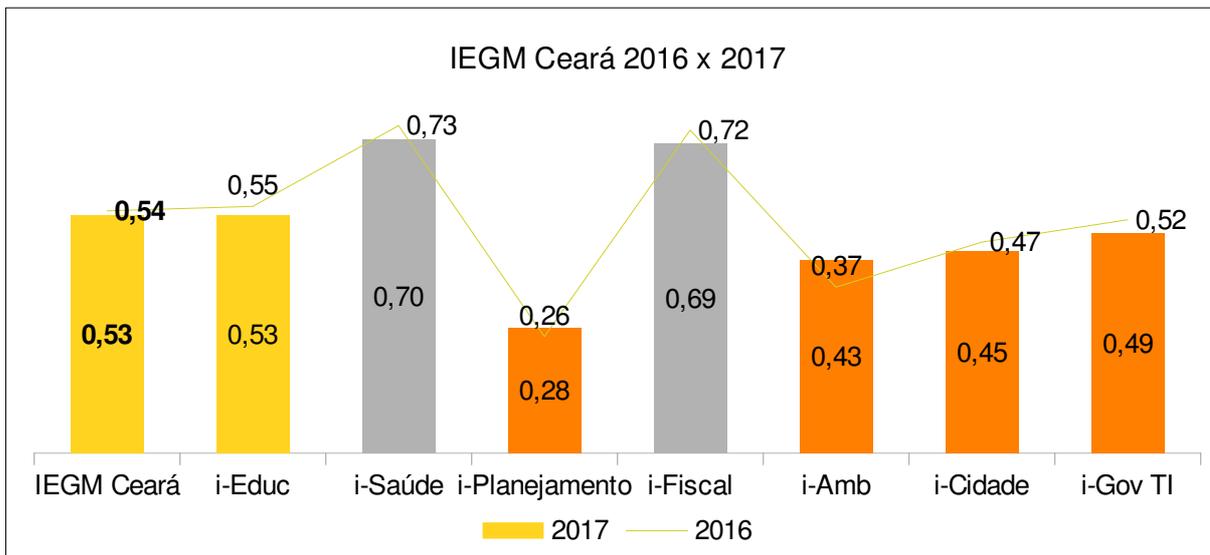


Fonte: Dados do levantamento.

No Gráfico 2, são exibidos os resultados do IEGM consolidado dos municípios cearenses, o IEGM Ceará, bem como de cada um dos índices setoriais que compõem o resultado geral dos anos de 2016, apurados em 2017, e 2017, apurado em 2018.

Dos dados apresentados no Gráfico 1 e Gráfico 2, observa-se que a faixa de resultado do IEGM dos municípios cearenses referente aos anos de 2016 e 2017 manteve-se inalterada. A nota, praticamente manteve-se em linha, sendo reduzida em 0,01, saindo de 0,54 em 2016, com 72 municípios participantes, para 0,53 em 2017, quando todos os 184 municípios cearenses integraram o trabalho.

Gráfico 2: Comparativo IEGM Ceará 2016x2017



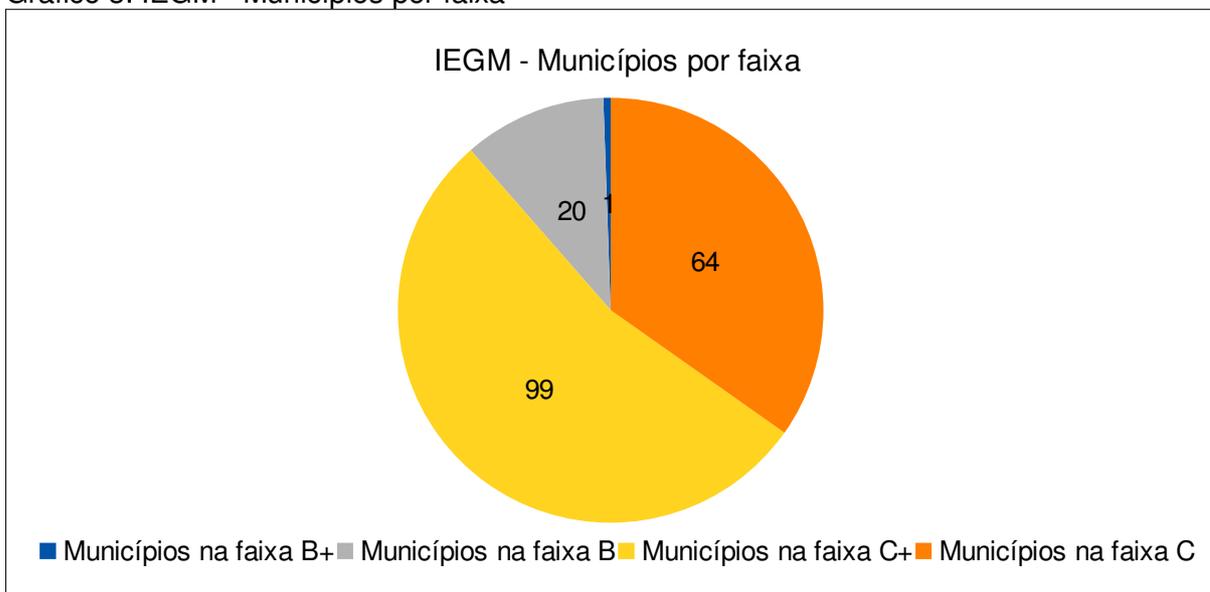
Fonte: Dados do levantamento.

Dos 7 índices setoriais, no ano de 2017, 4 estavam em baixo nível de adequação: i-Planejamento, i-Amb, i-Cidade e i-Gov TI. Outros 2 foram efetivos: i-Saúde e i-Fiscal. E o i-Educ encontrava-se em fase de adequação.

Percebeu-se variação para menor no resultado dos índices setoriais entre 2016 e 2017, à exceção do i-Planejamento, com elevação de dois centésimos, e do i-Amb, que melhorou seis centésimos. O i-Planejamento foi a dimensão com resultado inferior aos demais índices, assim como se observou no resultado de 2016. O i-Gov TI foi o único índice setorial que se enquadrou em faixa de resultado inferior à do ano anterior.

No Gráfico 3 é representada a distribuição dos 184 municípios em cada faixa de resultado alcançada.

Gráfico 3: IEGM - Municípios por faixa



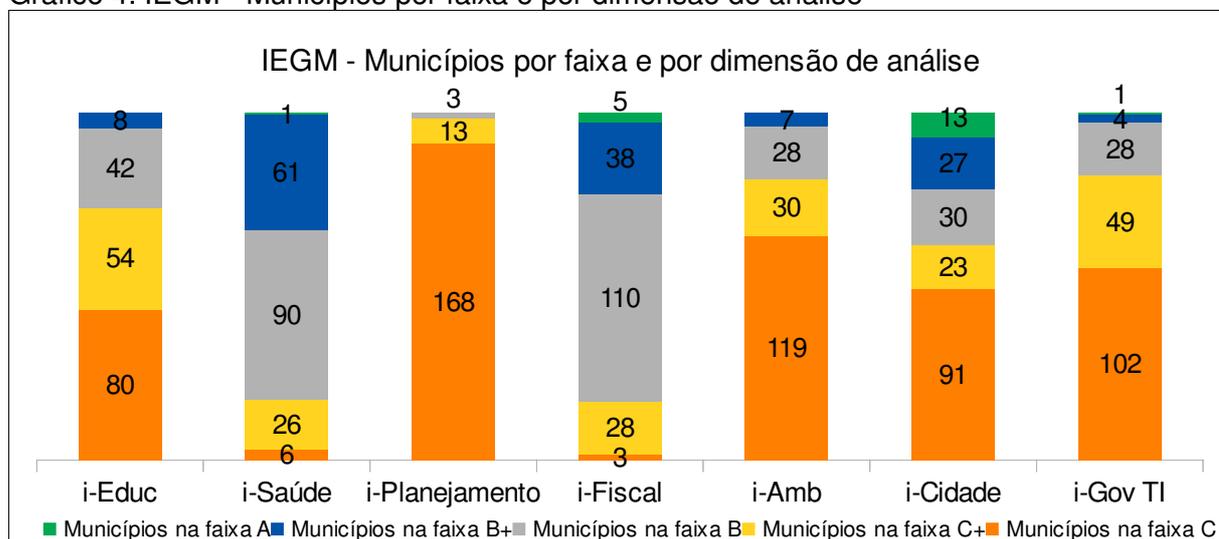
Fonte: Dados do levantamento.

Com base no Gráfico 3, verificou-se que a maioria dos municípios, 99, encontravam-se em fase de adequação quanto à gestão municipal, Faixa C+. 64 municípios ainda estavam em um baixo nível de adequação da gestão. Em 20 municípios, observou-se o enquadramento na faixa B, que corresponde a uma gestão efetiva. Apenas 1 município alcançou a faixa de muito efetivo.

No Gráfico 4, em cada uma das dimensões de análise está a distribuição dos municípios por faixa de resultado em relação a 2017. Em 4 dimensões de análise, foram identificados municípios na faixa A, ainda que em quantidade pequena. São elas: i-Saúde, i-Fiscal, i-Cidade e i-Gov TI, sendo a i-Cidade a de maior representatividade de municípios.

O i-Planejamento foi a dimensão em que os municípios se enquadraram, predominantemente, em duas faixas, C+ e C, com predominância da faixa C, 91%. Há também predominância dessa faixa de resultados na dimensão i-Amb, 65%.

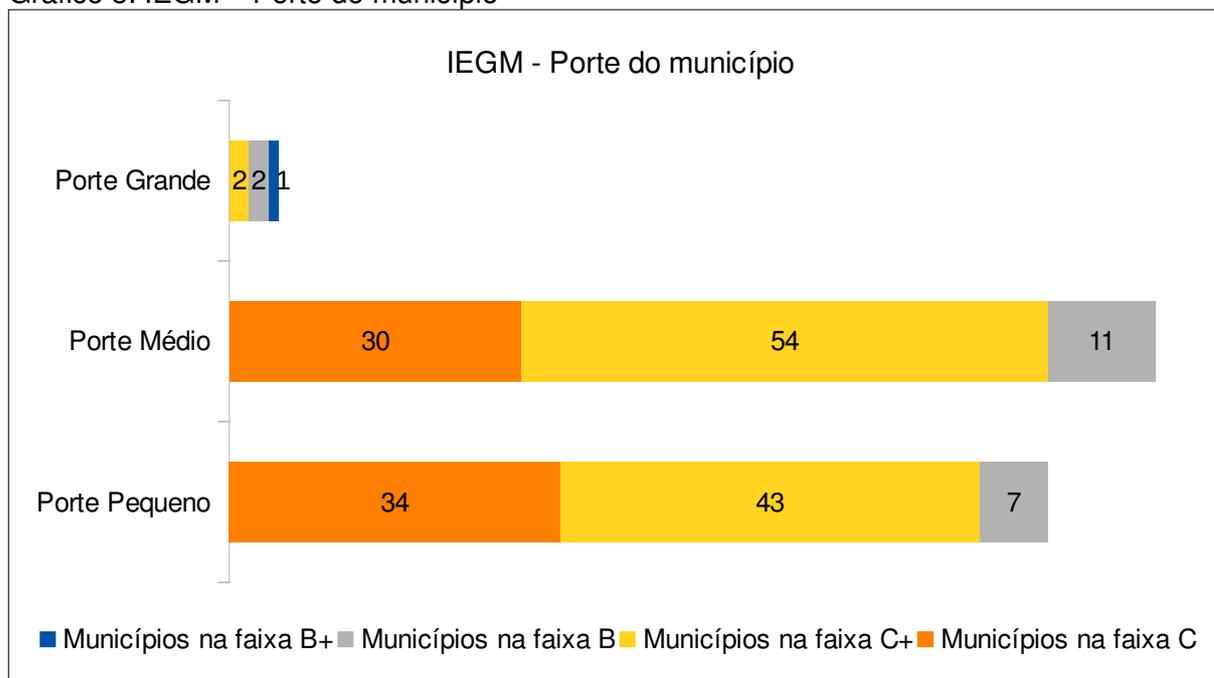
Gráfico 4: IEGM - Municípios por faixa e por dimensão de análise



Fonte: Dados do levantamento.

O Gráfico 5 apresenta a distribuição dos 184 municípios a partir de seu porte e as respectivas faixas de resultado do IEGM em cada um deles.

Gráfico 5: IEGM – Porte do município



Fonte: Dados do levantamento.

Legenda:
 Porte Pequeno ou muito pequeno: até 20.000 habitantes
 Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
 Porte Grande: acima de 200.000 habitantes

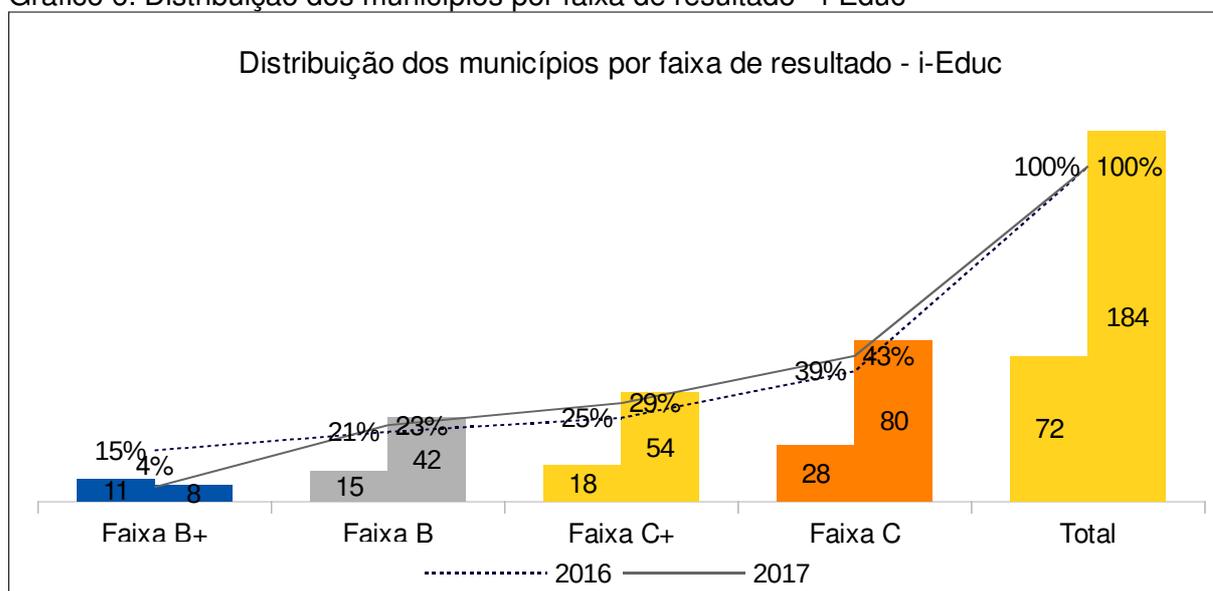
Dentre os municípios de grande porte, 5 deles, 1 alcançou a faixa B+, o único entre os 184. Nos outros 2, o resultado variou entre as faixas B, 2, e C+, 2. Quanto aos municípios de porte médio, a maioria se enquadrou na faixa C+, assim como nos de porte pequeno. A representatividade da faixa B entre os municípios de portes médio alcançou 12% e porte pequeno 8%. Em termos agregados, os melhores resultados foram alcançados pelos municípios de grande porte, num total de 5 (cinco) municípios, dos quais apenas 1 alcançou a faixa B+, também o único entre os 184 a alcançar esse patamar. Outros 2 enquadraram-se na faixa B e 2 na faixa C+.

2.2 Dimensão Educação / i-Educ

Esta seção exibe os resultados dos quesitos observados na dimensão i-Educ. O resultado geral da dimensão educação (0,53) enquadrou-se na faixa C+, o que significa que, em média, os municípios, neste indicador, encontra-se em fase de adequação da gestão. Nenhum dos 184 municípios participantes, atingiu A no i-Educ.

No Gráfico 6, pode ser visualizada a distribuição dos municípios por faixa de resultados no i-Educ.

Gráfico 6: Distribuição dos municípios por faixa de resultado - i-Educ

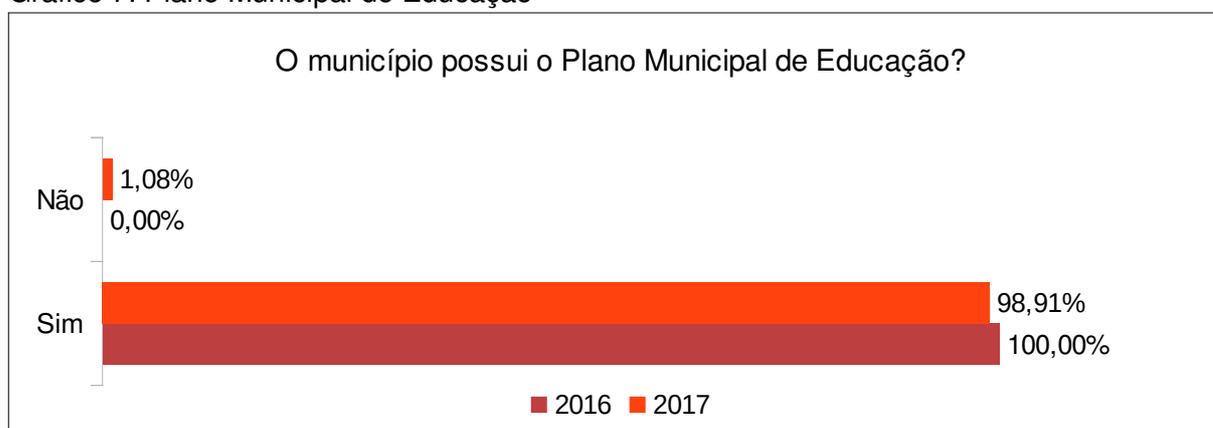


Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Os próximos subtítulos especificarão os resultados de quesitos da dimensão i-Educ para melhor compreensão dos pontos que atingiram resultados positivos e o que pode ser melhorado.

2.2.1 Plano Municipal de Educação

Gráfico 7: Plano Municipal de Educação



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

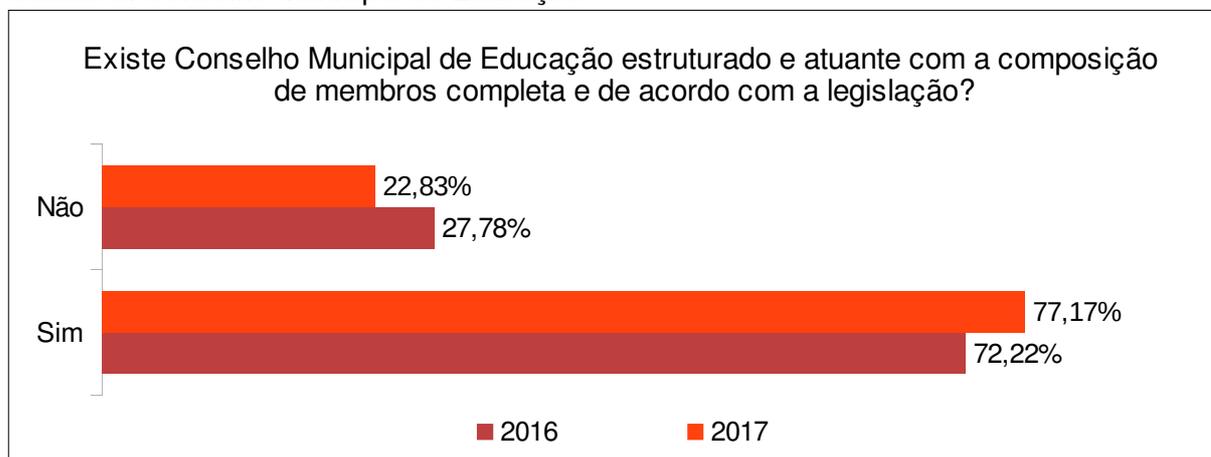
De acordo com os resultados, em 2016, todos os 72 municípios que responderam ao IEGM

possuíam o Plano Municipal de Educação. No entanto, quanto ao exercício de 2017, que contemplou as respostas dos 184 municípios cearenses, 2 municípios responderam não possuir referido instrumento.

2.2.2 Conselho Municipal de Educação

Quanto à existência de Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante, com a composição de membros completa e de acordo com a legislação, 22,83% dos municípios ainda se encontravam em situação deficitária, conforme apresenta o Gráfico 8.

Gráfico 8: Conselho Municipal de Educação



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Gráfico 9: Reuniões do Conselho Municipal de Educação



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

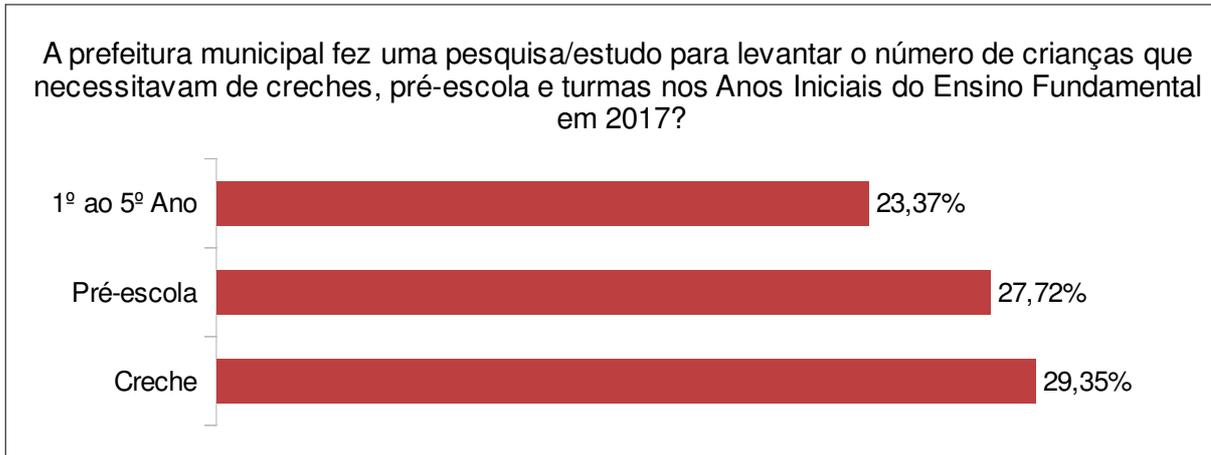
O Gráfico 9 apresenta a quantidade de reuniões realizadas pelos Conselhos Municipais de Educação existentes no ano de 2017. Observou-se que a maioria dos Conselhos Municipais de Educação realizaram no máximo 3 reuniões. Em 2017, quase a metade dos municípios enquadraram-se nessa faixa de resultados.

2.2.3 Levantamento de necessidades

Acerca do levantamento de necessidade de turmas de creche, pré-escola e turmas iniciais do ensino fundamental, observou-se que pouco menos de um terço dos municípios realizavam tal atividade.

A ampliação da oferta de creche e a universalização do ensino da pré-escola e fundamental encontram-se no rol das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que serve de base para a elaboração dos planos municipais de educação.

Gráfico 10: Levantamento de necessidades de turmas



Fonte: Dados do levantamento.

De acordo com o PNE, para o alcance dessas metas, é essencial o levantamento detalhado da demanda de crianças para turmas escolares, de modo a materializar o planejamento da expansão, inclusive com os mecanismos de busca ativa, projetando o apoio do estado e da União para a expansão da rede física (no que se refere ao financiamento para reestruturação e aparelhagem da rede) e para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

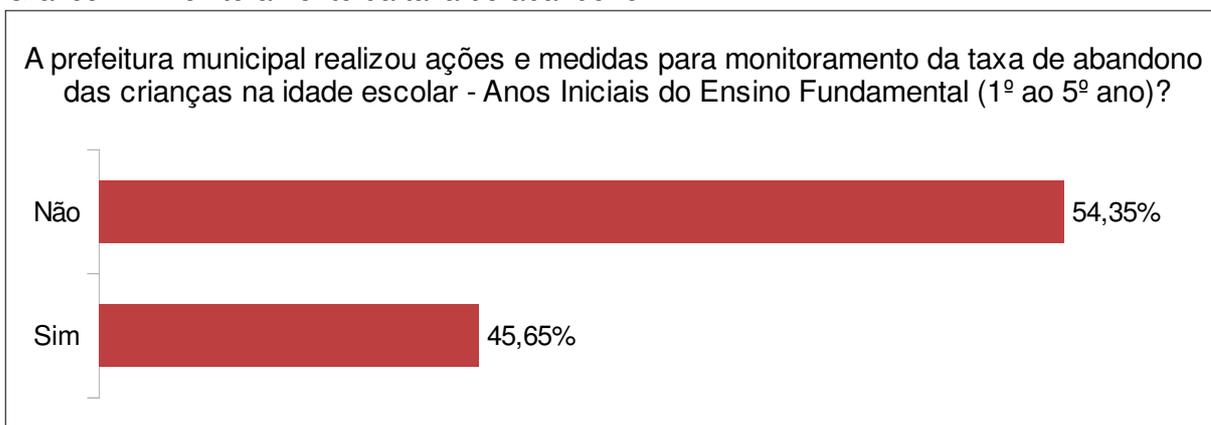
Neste sentido, observa-se, com base nos resultados apresentados, que os municípios precisam envidar esforços para a consecução de ações que culminem no conhecimento da demanda de crianças para turmas de creche, pré-escola e ensino fundamental, o que foi feito em 2017 por aproximadamente 30% dos municípios.

2.2.4 Monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental

Quanto à realização de ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar, nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), o Gráfico 11 mostra que menos da metade dos municípios, 45,65%, declararam proceder com o levantamento.

Assim como as iniciativas destinadas ao conhecimento da demanda de crianças para turmas de creche, pré-escola e ensino fundamental, o monitoramento da taxa de abandono é fundamental para que se possam estabelecer condições adequadas para a permanência e o sucesso escolar dos alunos. Em 2017, menos da metade dos municípios realizaram essa atividade, deixando uma lacuna na gestão escolar.

Gráfico 11: Monitoramento da taxa de abandono



Fonte: Dados do levantamento.

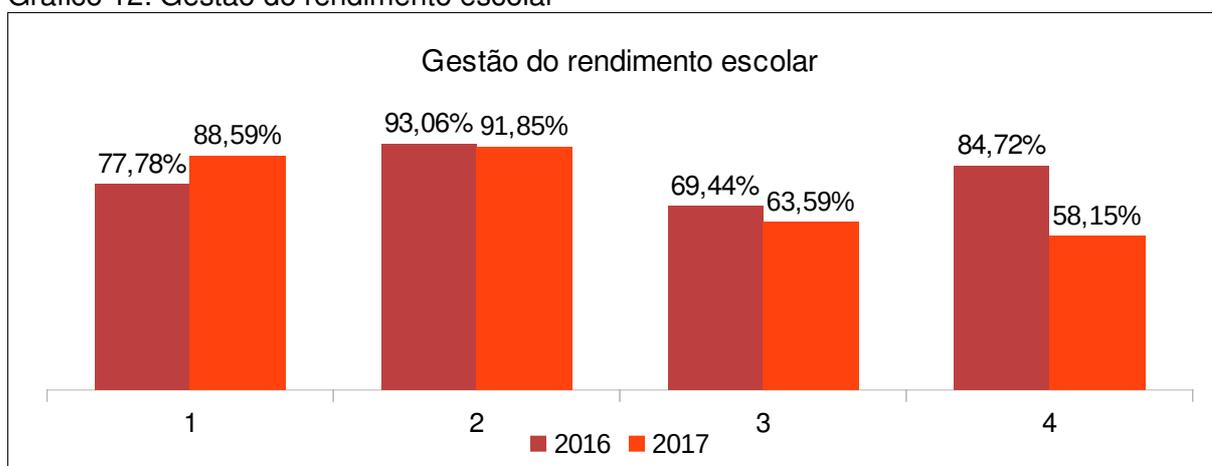
2.2.5 Gestão do rendimento escolar

Os quesitos observados nessa seção consideram ações relacionadas à avaliação do rendimento escolar, indicadores de qualidade da educação, programas de desenvolvimento das competências de leitura e escrita, e levantamento da distorção idade/série.

Dentre essas questões, observou-se uma maior aderência dos municípios à utilização de indicador de qualidade para análise da educação dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Além disso, a aplicação de programas municipais de avaliação de rendimento escolar foi observada em um maior percentual no ano de 2017 em relação a 2016.

Com menor destaque, encontra-se a utilização pelos municípios de ações de monitoramento das distorções idade/série nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), cujo resultado teve maior queda em relação à aderência dos municípios no ano de 2016. Foi observado também descréscimo quanto ao percentual de municípios que utilizavam programa específico para o desenvolvimento das competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal.

Gráfico 12: Gestão do rendimento escolar



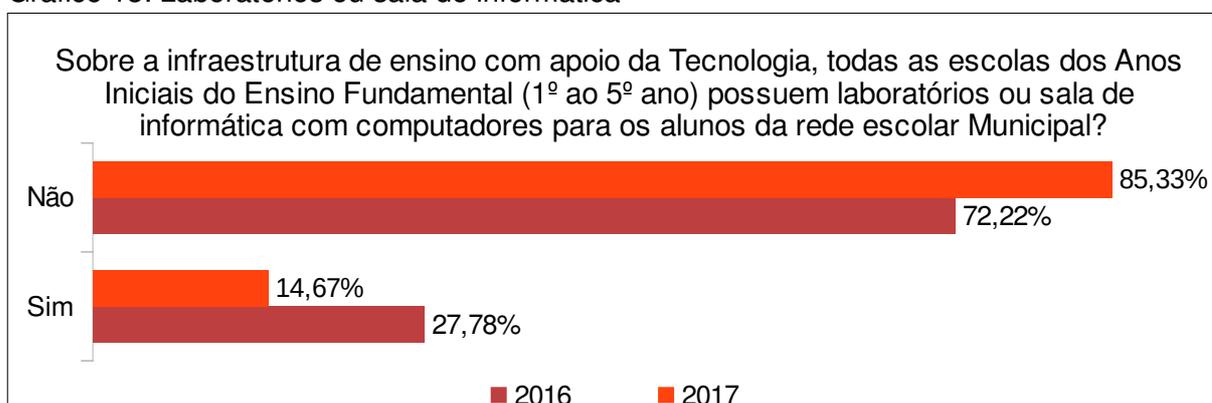
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

- 1 - A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar.
- 2 - A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).
- 3 - O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal.
- 4 - O município possui levantamento da distorção idade/série nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

2.2.6 Ensino com apoio da Tecnologia

Gráfico 13: Laboratórios ou sala de informática



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

No Gráfico 13, são exibidas informações acerca dos laboratórios ou sala de informática na rede de educação municipal. Com base nele, vê-se que 85,33% dos municípios não possuíam em todas as escolas da rede Municipal, que ofertam turmas 1º ao 5º ano, laboratórios ou sala de informática com computadores.

A utilização de ferramentas tecnológicas na educação tem sido cada vez mais estimulada uma vez que o uso de equipamentos eletrônicos é crescente da vida das pessoas. Nas salas de aula, a tecnologia pode se apresentar como uma importante ferramenta para o professor como meio auxiliar na construção do conhecimento. Daí a necessidade de os municípios encontrarem soluções para manter os laboratórios ou salas de informática em funcionamento em todas as escolas da rede municipal, o que ainda se mostrou pouco usual, conforme os resultados.

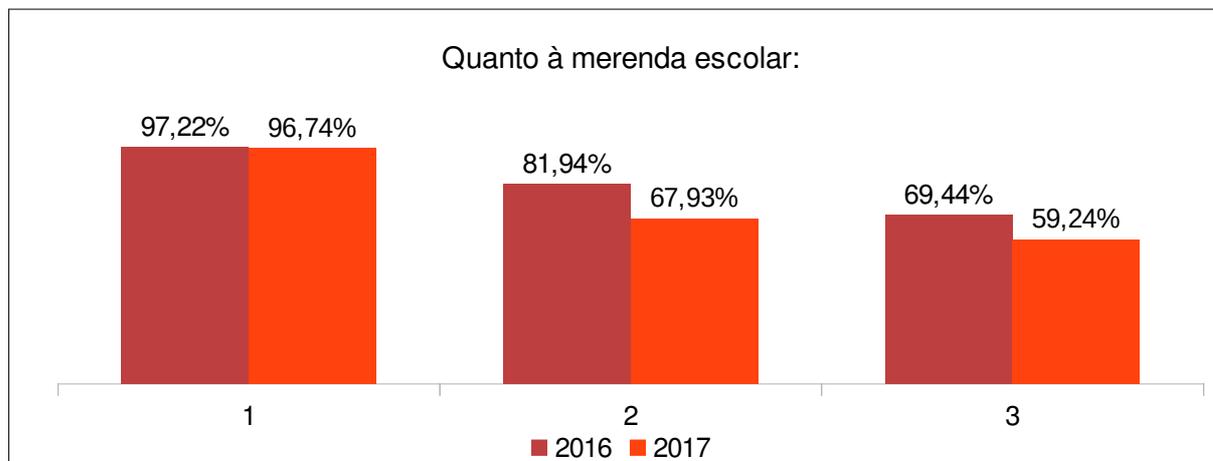
2.2.7 Merenda escolar

Quanto aos aspectos relacionados à merenda escolar, a maioria dos municípios declararam estar aderentes quanto a seguir o cardápio pré-estabelecido pelo nutricionista.

Observou-se em quase 70% dos municípios a existência de controle por meio de relatórios elaborado pelo nutricionista para atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal.

Quesito menos aderente, identificou-se que em pouco menos de 60% dos municípios os Conselhos de Alimentação Escolar elaboraram atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos.

Gráfico 14: Merenda escolar



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

1 - O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pelo(a) Nutricionista.

2 - Existe um controle por meio de relatórios elaborado pelo(a) nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal.

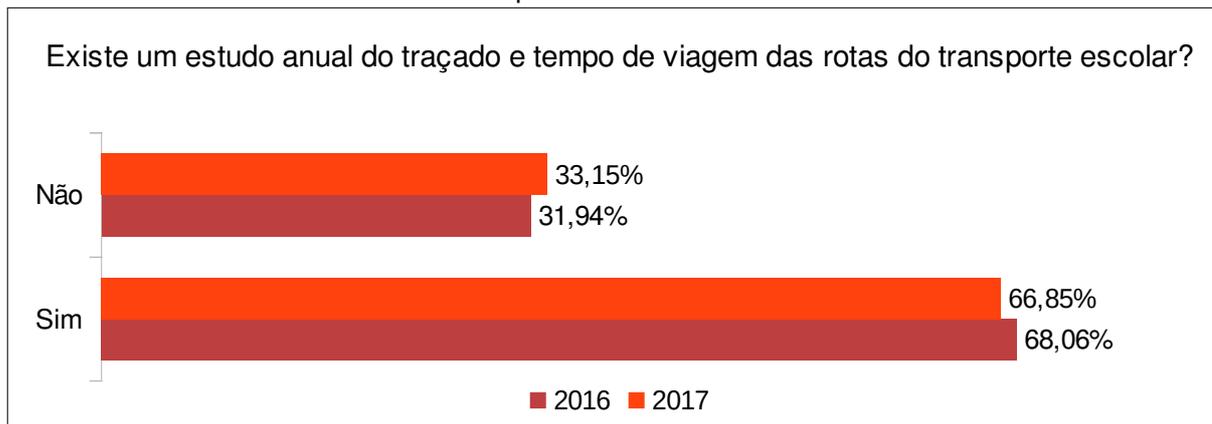
3 - O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço.

2.2.8 Transporte escolar

No que diz respeito a esse tema, foi observado que pouco mais de um terço dos municípios ainda não realizavam estudo para a operacionalização do transporte escolar quanto ao

traçado e tempo de viagem das rotas. No Gráfico 15, é representado esse resultado.

Gráfico 15: Controle das rotas do transporte escolar



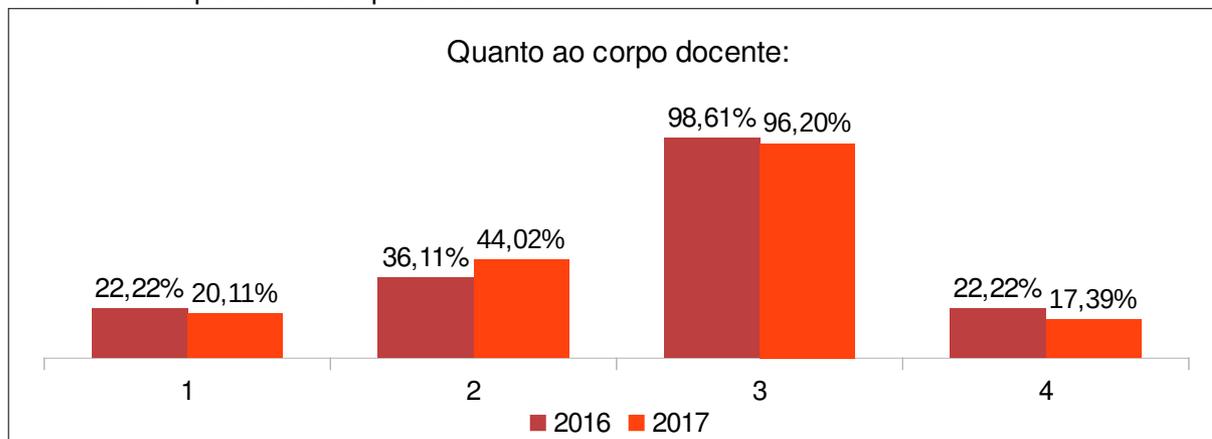
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

O transporte escolar é instrumento fundamental para o acesso e permanência dos alunos das escolas da educação básica pública, notadamente para os estudantes da zona rural. Visando ao resguardo do patrimônio público, bem como da boa e regular aplicação dos recursos públicos, é que se requer um controle mais sistematizado do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar.

2.2.9 Corpo docente

Quanto aos quesitos relacionados ao corpo docente da rede de escolas municipais, observa-se, nesta seção, questões relacionadas a formação dos professores, controle de faltas, instituição de Plano de Cargos e Salários para estes profissionais e a existência de um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula.

Gráfico 16: Aspectos do corpo docente



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

1 - Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

2 - Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

3 - A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores.

4. Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais).

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos professores, 20,11% dos municípios afirmaram que todo o quadro docente possui formação específica de nível superior, obtida

em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A preocupação quanto a esse item decorre da competência que recai aos municípios, nos termos da legislação, em adotar mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. Ademais, a meta 1 do Plano Nacional de Educação traz como estratégia promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

Acerca do controle de ausências, observa-se que tal acompanhamento ainda era realizado por menos da metade dos municípios, 44,02%, os quais informaram realizar registro sobre a quantidade total de dias de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Tão importante quanto o controle de ausências do quadro de docentes, é a existência de um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula. Sobre esse aspecto, os resultados apresentados indicam que menos de um quinto dos municípios afirmaram desenvolver uma ação que evite as ausências dos professores, inclusive de forma preventiva.

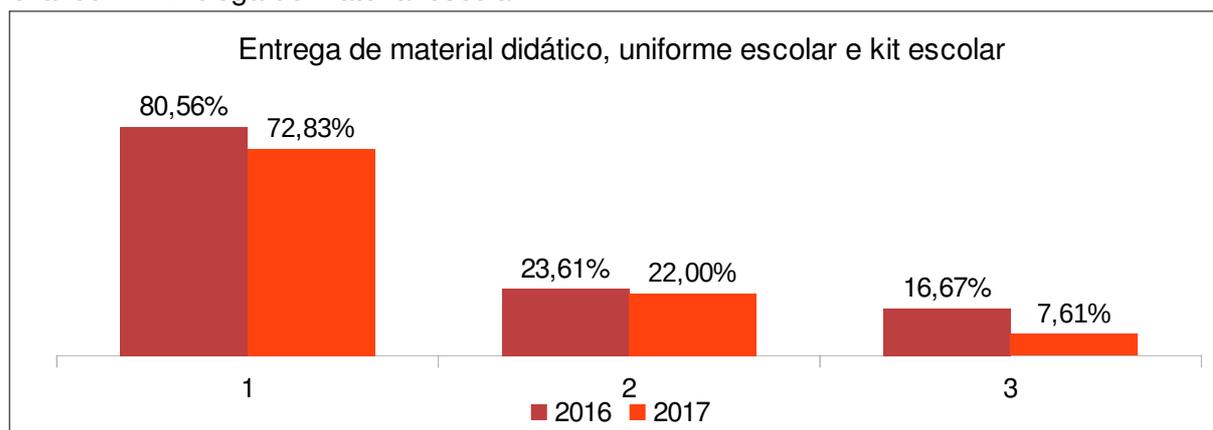
Item mais aderente nessa seção, a adoção pelo município de Plano de Cargos e Salários para seus professores foi identificada em 98,61% das respostas dos municípios.

2.2.10 Entrega de material didático, uniforme escolar e kit escolar

Quanto aos insumos escolares e pedagógicos fornecidos aos alunos da rede municipal, observa-se que os municípios foram mais aderentes quanto à entrega de material didático, tendo 72,83% dos municípios afirmado que procederam com a entrega, seguido da entrega de uniforme escolar, mas em um percentual bem inferior, 22,00%, e do kit escolar, 7,61%.

No entanto, um resultado inferior a 75% dos municípios aderentes ao quesito relacionado à entrega do material didático, mostra-se desfavorável, considerando que tal iniciativa tem o intuito de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, com a conseqüente melhoria da qualidade da educação, democratizar o acesso às fontes de informação e cultura, além de fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes.

Gráfico 17: Entrega de material escolar



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

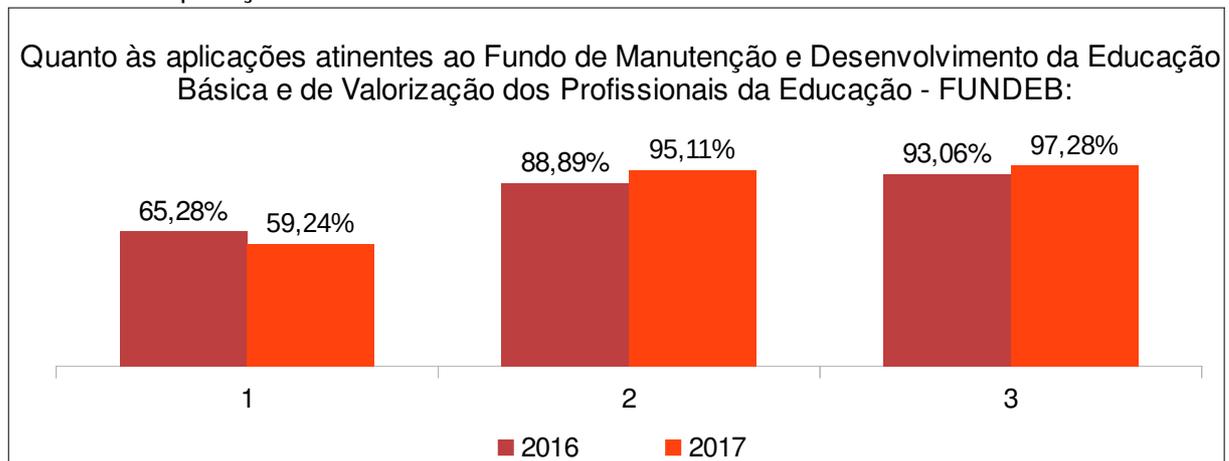
- 1 - Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal.
- 2 - Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal.
- 3 - Houve entrega do Kit escolar à rede municipal.

2.2.11 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Sobre as aplicações legais relativas aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, observa-se que 59,24% dos municípios declararam aplicar, pelo menos, 95% dos recursos oriundos do fundo.

Quanto à aplicação de, pelo menos, 60% dos recursos oriundos do fundo no Magistério, 95,11% dos municípios afirmaram cumprir tal exigência e acerca da aplicação de, pelo menos, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual foi de 97,28%.

Gráfico 18: Aplicação do FUNDEB



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

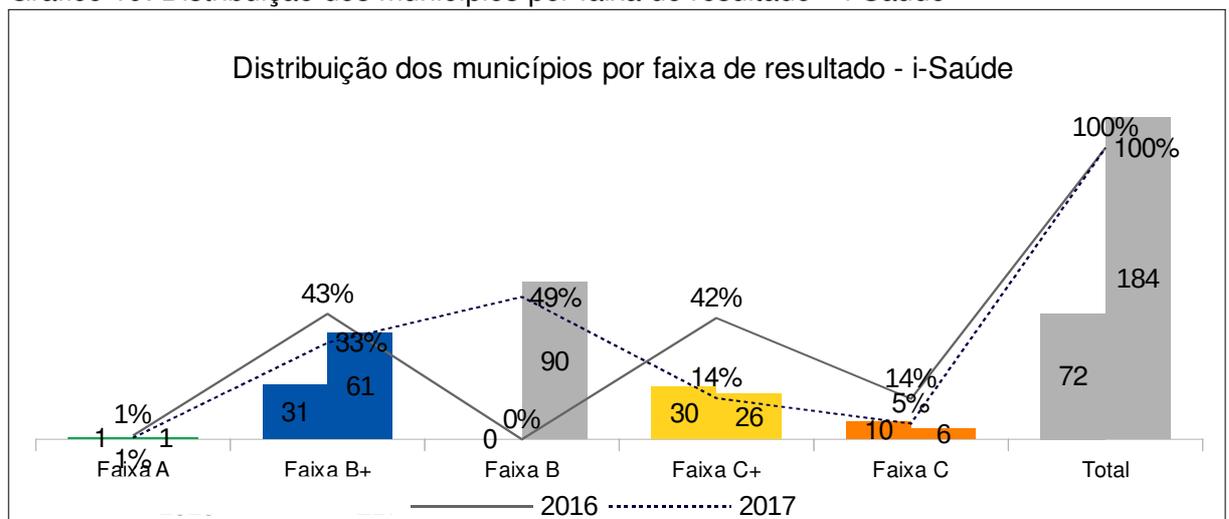
Legenda:

- 1 - Município aplicou, pelo menos, 95% dos recursos oriundos do fundo.
- 2 - Município aplicou, pelo menos, 60% dos recursos oriundos do fundo no Magistério.
- 3 - Município aplicou, pelo menos, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

2.3 Dimensão Saúde / i-Saúde

Esta seção exibe os resultados dos quesitos observados na dimensão i-Saúde.

Gráfico 19: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Saúde



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

No Gráfico 19, pode ser visualizada a distribuição dos municípios por faixa de resultados. O resultado geral da dimensão saúde (0,70) enquadrou-se na faixa B, o que significa que, em média, os municípios, neste indicador, encontram-se efetivo quanto à gestão municipal.

Os próximos subtítulos especificarão os resultados de quesitos da dimensão i-Saúde para melhor compreensão dos pontos que atingiram resultados positivos e o que pode ser melhorado.

2.3.1 Conselho Municipal de Saúde

Quanto ao Conselho Municipal de Saúde, constatou-se que 97,83% dos municípios responderam possuir Conselho Municipal de Saúde (CMS) estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação. Importante esclarecer que apesar de em 2016 100% dos municípios responderem existir o CMS, menos da metade dos municípios participaram do trabalho do IEGM, enquanto que em 2017, todos os municípios responderam os questionários para elaboração do índice.

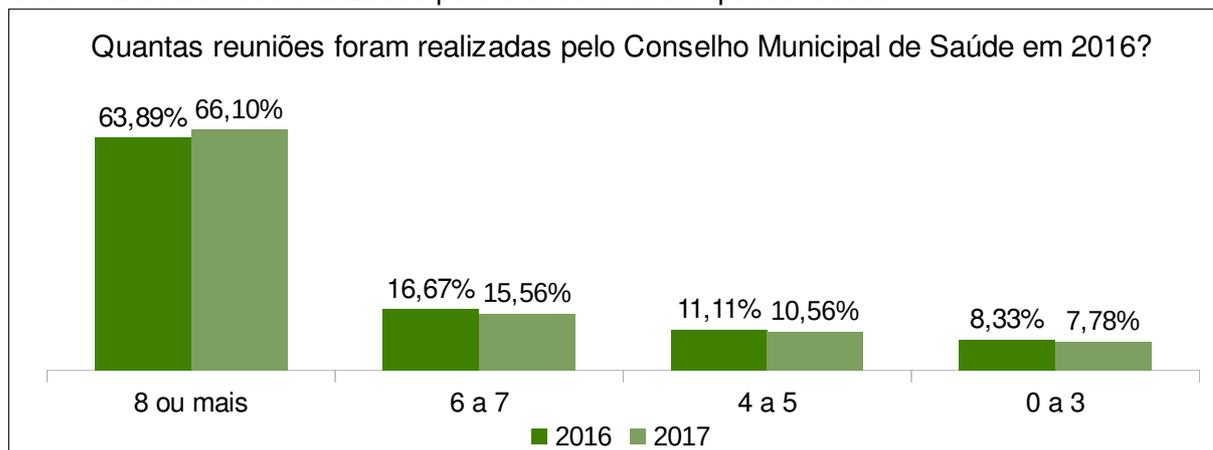
Gráfico 20: Existência do Conselho Municipal de Saúde



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Dos municípios que possuem CMS, mais da metade destes, 66,10%, realizou 8 ou mais reuniões no ano de 2017. A menor parte dos municípios ou não realizou reuniões ou fez no máximo 3 encontros.

Gráfico 21: Reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde



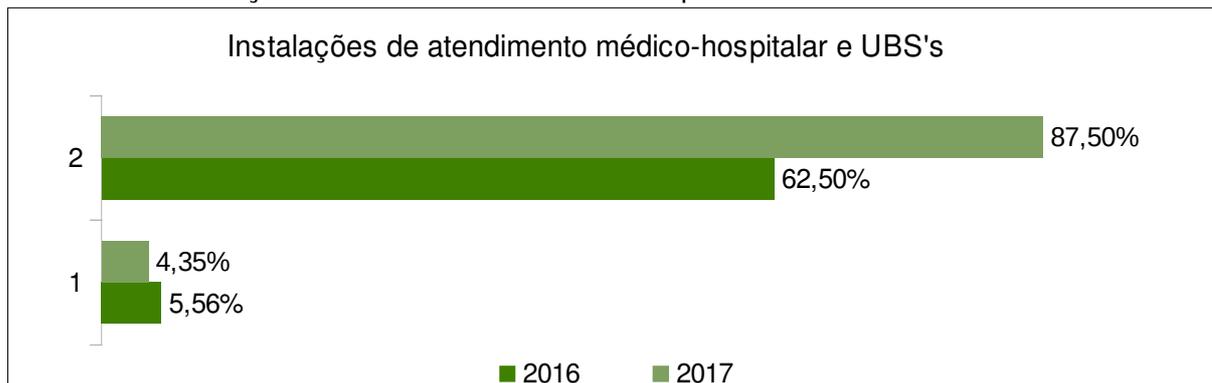
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.3.2 Instalações de atendimento médico-hospitalar e UBS's

Com relação às instalações de atendimento médico-hospitalares e as Unidades Básicas de Saúde, 87,50% dos municípios afirmaram que tais locais estão regulares perante o Corpo de Bombeiros (mediante documento que ateste a regularidade, após vistoria). No entanto, em número consideravelmente inferior, 4,35% dos municípios responderam que neles havia alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização

realizada pelo órgão sanitário local.

Gráfico 22: Instalações de atendimento médico-hospitalar e UBS's



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

1 - Os locais de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica municipais estão regulares perante o Corpo de Bombeiros (mediante documento que ateste a regularidade, após vistoria)?

2 - Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização realizada pelo órgão sanitário local?

2.3.3 Consultas Médicas

Quanto às características das consultas médicas, observou-se que 8,7% dos municípios disponibilizavam serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, toten, etc.

Gráfico 23: Consultas Médicas



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

1 - O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, toten, etc.?

2 - O município disponibiliza consultas médicas a distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)?

3 - O município divulga nas UBS, em local acessível ao público, a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?

Sobre a realização de consulta médica a distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.), foram 8,15%, número consideravelmente inferior ao do ano de 2016, ainda que a quantidade de respondente tenha sido menos da metade do ano de 2017.

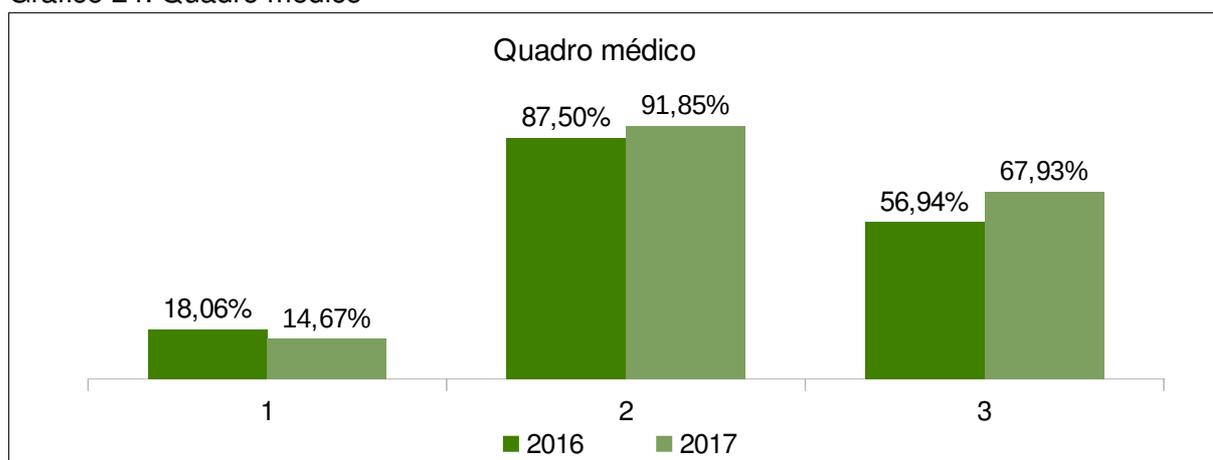
84,78% dos municípios foram aderentes ao critério relacionado à divulgação nas UBS, em local acessível ao público, da escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores.

2.3.4 Quadro médico

Acerca do quadro de profissionais médicos, observou-se que menos de um quinto dos municípios, 14,67%, possui sistema de controle de ponto mecânico ou eletrônico (biométrico ou digital, por exemplo). Contudo, 91,85% asseveraram que os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho.

Outro dado constatado foi que 67,93% dos municípios indicaram que todas as equipes da Estratégia de Saúde da Família do município contam com médicos, número maior que o do ano de 2016, mas ainda distante da totalidade.

Gráfico 24: Quadro médico



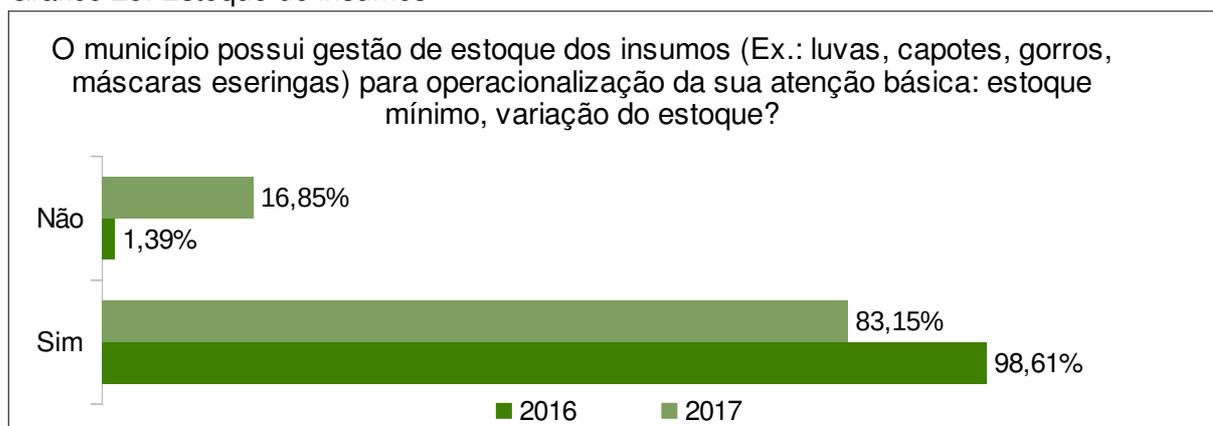
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

- 1 - Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto mecânico ou eletrônico (Ex.: biométrico; digital; etc).
- 2 - Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho.
- 3 - Todas as equipes da Estratégia de Saúde da Família do município contam com médicos.

2.3.5 Gestão de insumos

Gráfico 25: Estoque de insumos



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

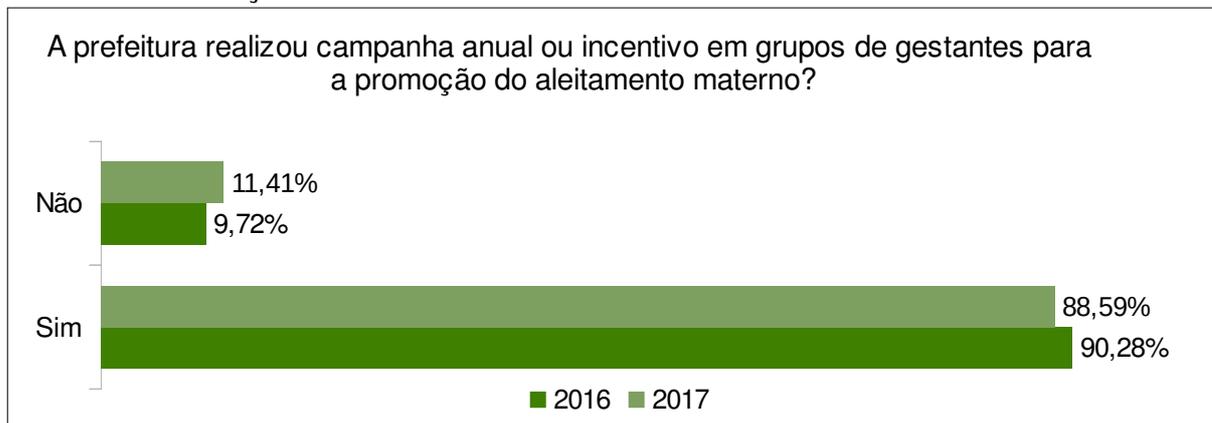
De acordo com os dados exibidos no Gráfico 25, dos 184 municípios cearenses, 83,15% deles possuem gestão de estoque dos insumos básicos para a operacionalização da atenção básica, como luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas.

A gestão de estoque dos insumos possibilita um controle mais rigoroso da saída e entrada de produtos do estoque, além de prevenir a interrupção ou descontinuidade do serviço por falta de insumos.

2.3.6 Campanhas de saúde

Quanto às campanhas desenvolvidas pelos municípios, observadas neste levantamento, a promoção do aleitamento materno, por meio também de incentivos em grupos de gestantes, foi observada em 88,59% dos municípios, número idêntico ao da promoção da saúde bucal nas escolas.

Gráfico 26: Promoção do aleitamento materno



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

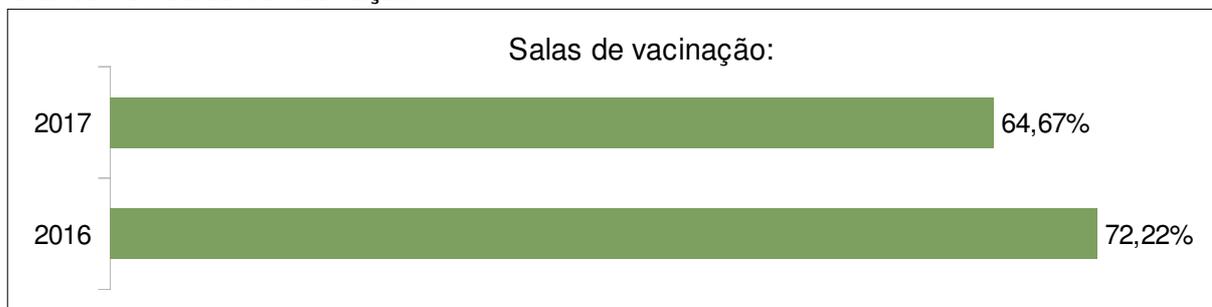
Gráfico 27: Promoção da saúde bucal nas escolas



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.3.7 Vacinação

Gráfico 28: Salas de vacinação



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

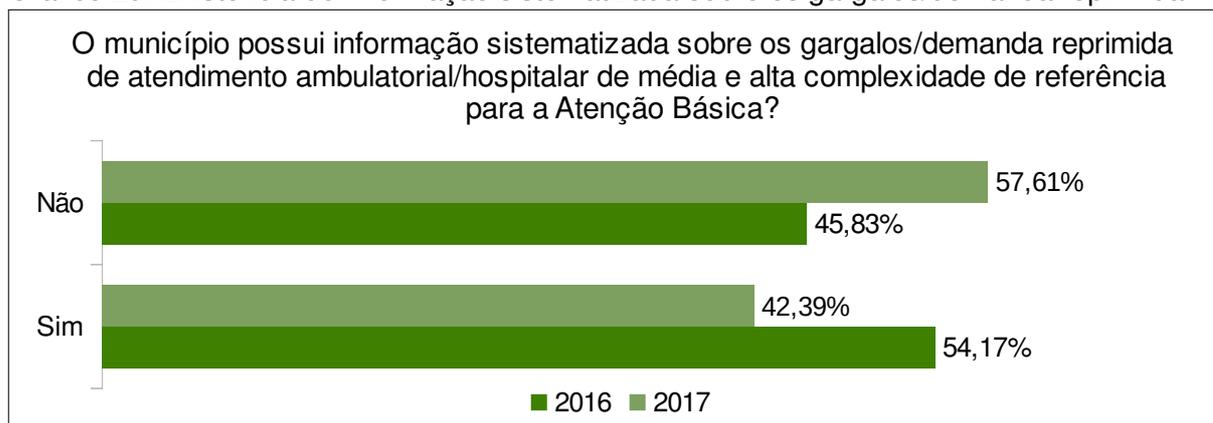
No que diz respeito às características das ações de vacinação, observou-se que menos de três quartos dos municípios possuem 100% das unidades com sala de vacinação em funcionamento durante 05 dias da semana. Esse número foi inferior ao do ano anterior.

2.3.8 Informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade

Quanto ao município possuir informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica, pouco menos da metade dos municípios confirmaram apurar tal informação, 42,39%.

O não acompanhamento dessa informação dificulta a resolução dos problemas que circundam o processo de referência dos pacientes atendidos na UBS com os demais níveis de atenção à saúde.

Gráfico 29: Existência de informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.3.9 Tratamento supervisionado para os casos de tuberculose

No que diz respeito ao tratamento supervisionado para os casos de tuberculose, 95,11% dos municípios afirmaram possuir condições técnicas para sua realização, o que superou o resultado do ano de 2017.

Gráfico 30: condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose

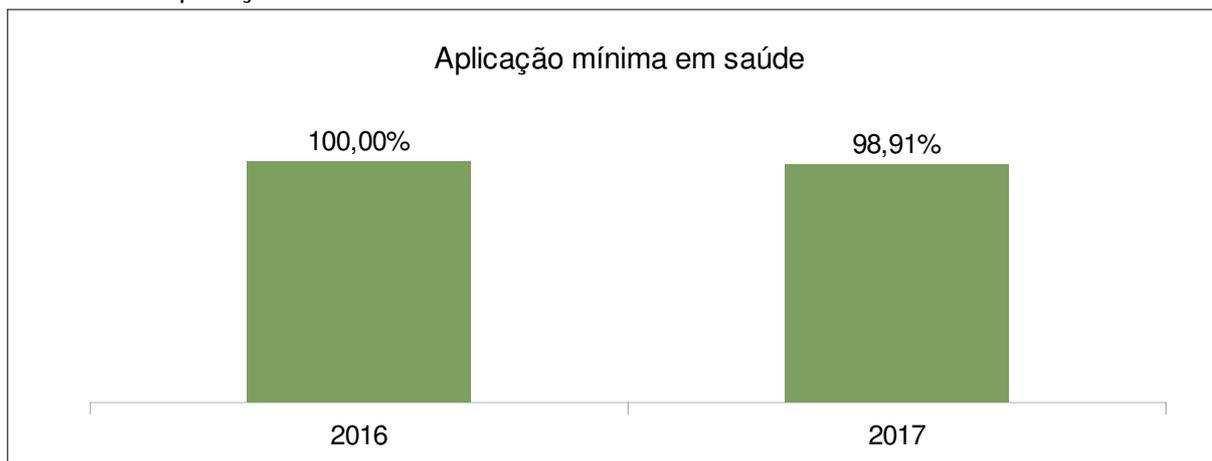


Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.3.10 Aplicação mínima em saúde

Quanto aos recursos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde com base na Lei Complementar nº 141/2012, observou-se que 98,91% dos municípios aplicaram, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156, e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Gráfico 31: Aplicação mínima em saúde

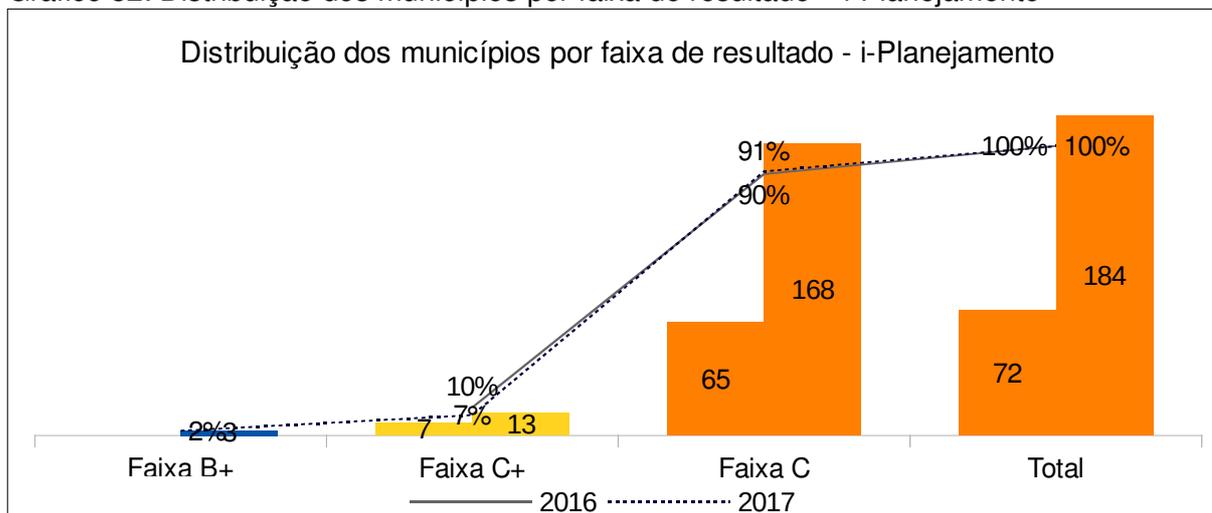


Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.4 Dimensão Planejamento / i-Planejamento

Esta seção exibe os resultados dos quesitos observados na dimensão i-Planejamento.

Gráfico 32: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Planejamento



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

No Gráfico 32, pode ser visualizada a distribuição dos municípios por faixa de resultados. O resultado geral da dimensão planejamento (0,28) enquadrou-se na faixa C, o que significa que, em média, os municípios, neste indicador, encontra-se em baixo nível de adequação da gestão do planejamento.

Ressalte-se, ademais, que, nesta dimensão, a grande maioria dos municípios enquadraram-se nas faixas C, sendo o pior resultado do IEGM.

Os próximos subtítulos especificarão os resultados de quesitos da dimensão i-Planejamento para melhor compreensão dos pontos que atingiram resultados positivos e o que pode ser melhorado.

2.4.1 Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações e o confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados

O objetivo destes itens foi: 1) mensurar a média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa municipal comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa e 2) o valor alcançado de cada uma das ações e o quanto de recursos disponibilizados foram utilizados.

Para essa análise, os municípios foram instados a preencher no questionário do i-Planejamento planilha com o que foi estabelecido em seus respectivos planejamentos e os resultados alcançados.

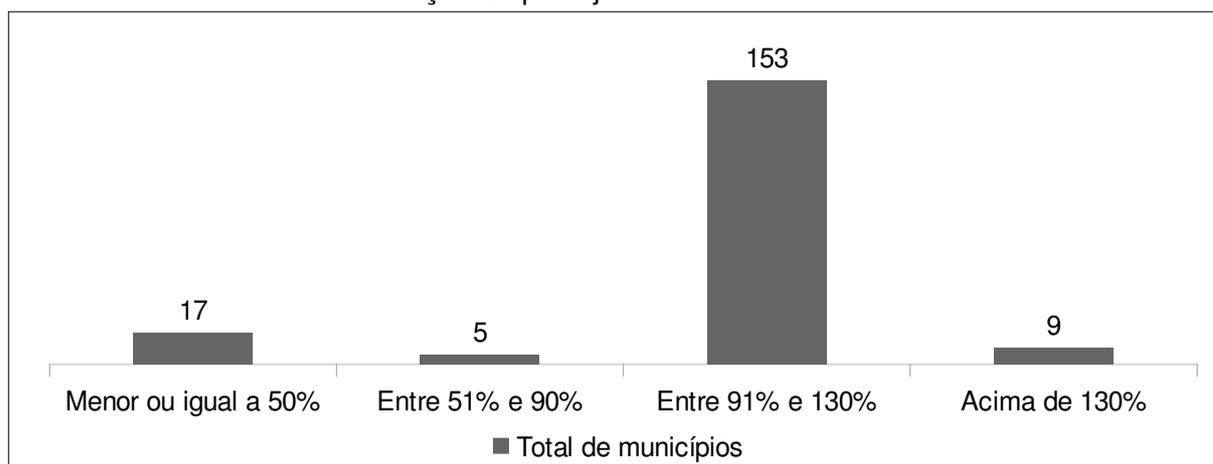
Os resultados apontaram que apenas **3 municípios** encaminharam a planilha nos moldes necessários para a apreciação dos quesitos (objetivos ou programas estratégicos vinculados a indicadores, e estes com suas respectivas metas e resultados). Tal fato inviabilizou a análise geral das questões.

O exposto evidenciou que os municípios carecem de um planejamento melhor estruturado para um efetivo acompanhamento dos resultados e a possibilidade de correção de rumos. Isso resultou em uma pior colocação dessa dimensão frente as demais.

2.4.2 Percentual de alteração do planejamento inicial

Dentre os critérios observados neste item comparou-se o total de valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA – com os valores finais apurados para os mesmos programas.

Gráfico 33: Percentual de alteração do planejamento inicial



Fonte: Dados do levantamento.

Como se vê no Gráfico 33, a maioria dos municípios, 153, atingiu uma relação entre a dotação inicial autorizada na LOA e os valores finais apurados para os programas estabelecidos percentuais entre 91% e 130%.

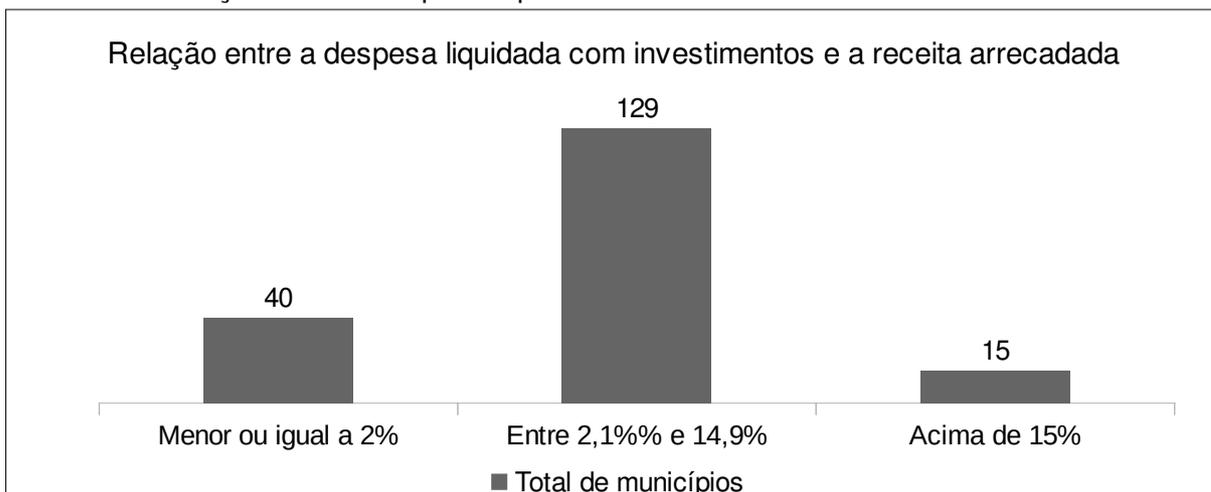
O adequado planejamento da despesa se confirma no momento da execução, quando há coerência entre o valor fixado e o valor executado do orçamento, embora a fixação da Lei Orçamentária Anual - LOA possa sofrer alterações ao longo do exercício.

2.4.3 Despesa liquidada com investimentos

Este outro quesito evidencia a relação entre a despesa liquidada pelo código “44” - Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG) pelo valor total da receita arrecadada no período em análise.

De acordo com o Gráfico 34, foram observados 15 municípios aplicando acima de 15% da receita arrecadada com investimentos, considerado o mais adequado. A grande maioria dos municípios variou entre 2,1% e 14,9% e 40 municípios aplicaram menos que 2%, o que não resultou em pontuação nesse quesito.

Gráfico 34: Relação entre a despesa liquidada com investimentos e a receita arrecadada



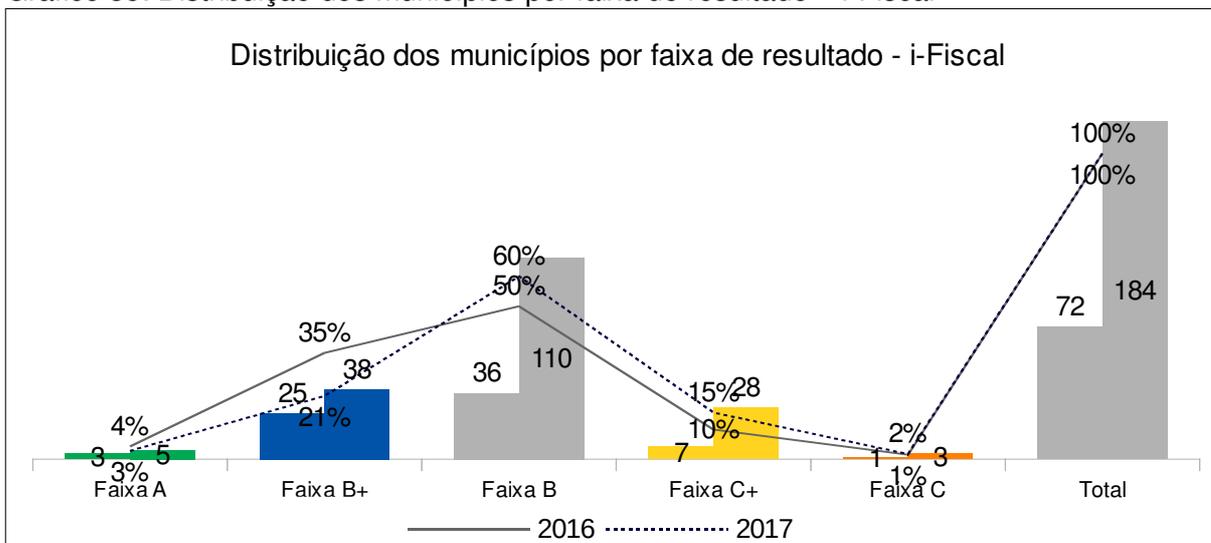
Fonte: Dados do levantamento.

2.5 Dimensão Gestão Fiscal / i-Fiscal

Esta seção exibe os resultados dos quesitos observados na dimensão i-Fiscal.

No Gráfico 35, pode ser visualizada a distribuição dos municípios por faixa de resultados. O resultado geral da dimensão gestão fiscal (0,69) enquadrou-se na faixa B, o que significa que, em média, os municípios, neste indicador, encontra-se com a gestão fiscal efetiva.

Gráfico 35: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Fiscal



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

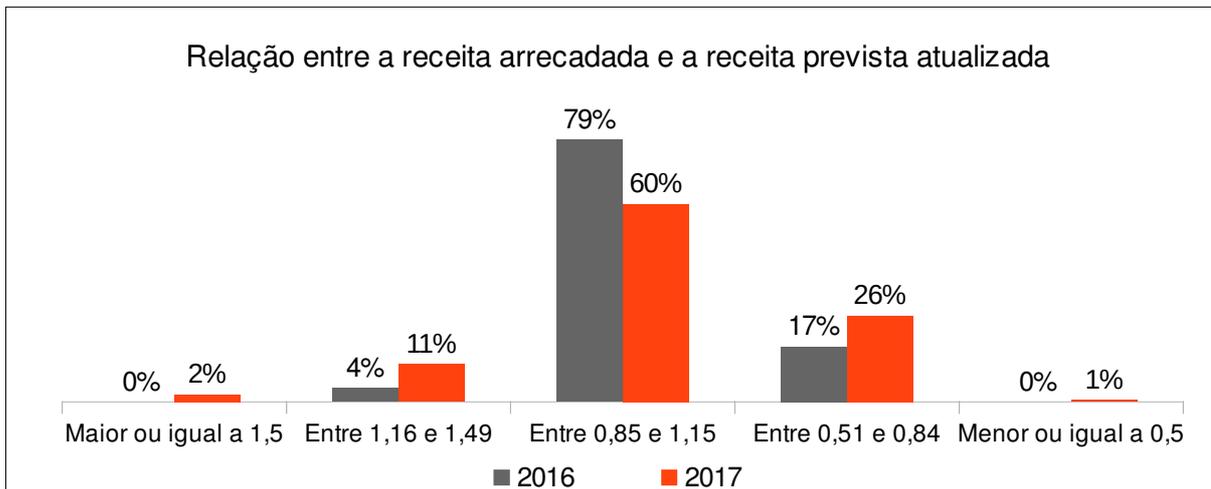
Os próximos subtítulos especificarão os resultados de quesitos da dimensão i-Fiscal para melhor compreensão dos pontos que atingiram resultados positivos e o que pode ser melhorado.

2.5.1 Análise da Receita

O resultado da relação entre a receita arrecadada e a receita prevista atualizada pode ser observado no Gráfico 36.

Assim como no ano de 2016, a maioria dos municípios encontrou-se no intervalo entre 0,85 e 1,15, o que garante uma maior pontuação para o cálculo do i-Fiscal.

Gráfico 36: Relação entre a receita arrecadada e a receita prevista atualizada

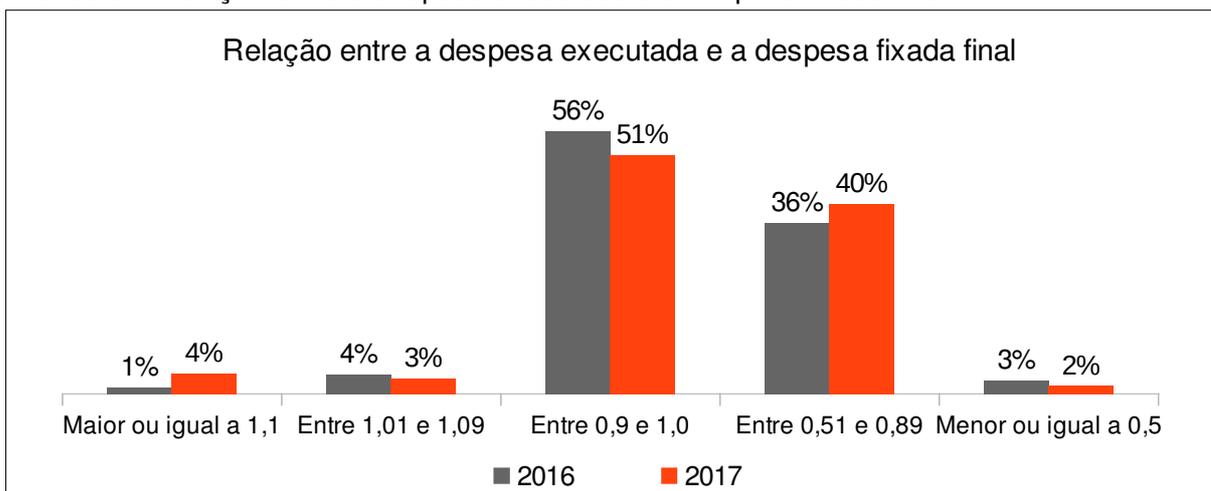


Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.5.2 Análise da Despesa

Com relação à execução da despesa, praticamente metade dos municípios se enquadraram em uma relação entre 0,9 e 1,0 quando comparada a despesa executada com a despesa fixada anual, denotando um bom resultado.

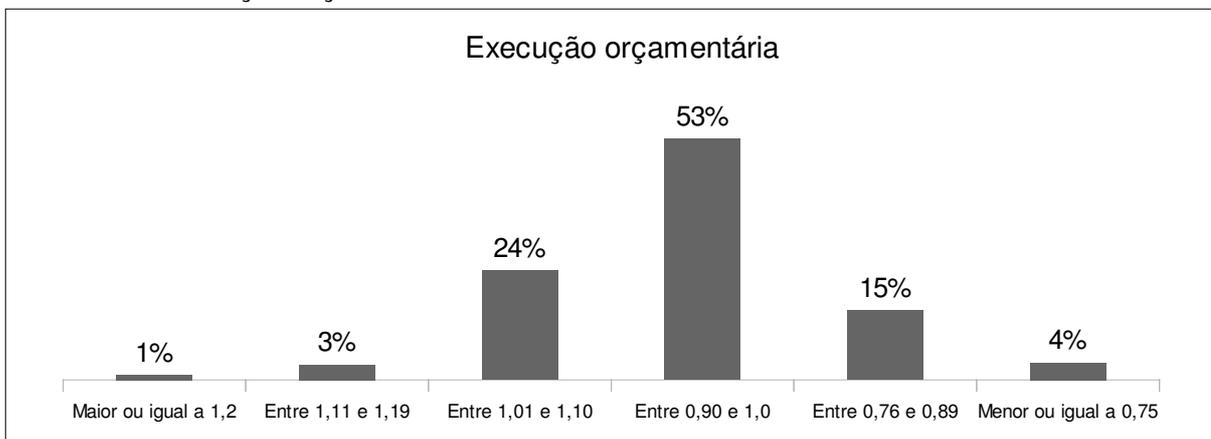
Gráfico 37: Relação entre a despesa executada e a despesa fixada final



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.5.3 Execução orçamentária

Gráfico 38: Execução orçamentária



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

No que diz respeito ao item, 53% dos municípios apresentaram um nível de execução orçamentária (relação entre a despesa executada e a receita arrecadada) entre 0,90 e 1,00, e 24% entre 1,01 e 1,10 (com cobertura de déficit), totalizando 77% do universo com o resultado considerado mais satisfatório.

Apenas 8% dos municípios não pontuaram em razão de apresentarem resultados maiores ou igual 1,2, entre 1,01 e 1,19 (sem cobertura de déficit) ou menores ou igual 0,75.

2.5.4 Análise dos Restos a Pagar

O Gráfico 39 demonstra que quase a totalidade dos municípios (91%) obtiveram um resultado menor ou igual a 0,75 quanto ao pagamento dos restos a pagar durante o exercício em relação a sua posição inicial, com repercussão negativa na gestão da dívida ativa e, conseqüentemente, no equilíbrio fiscal do ente.

Gráfico 39: Pagamentos realizados dos restos a pagar em relação a sua posição inicial



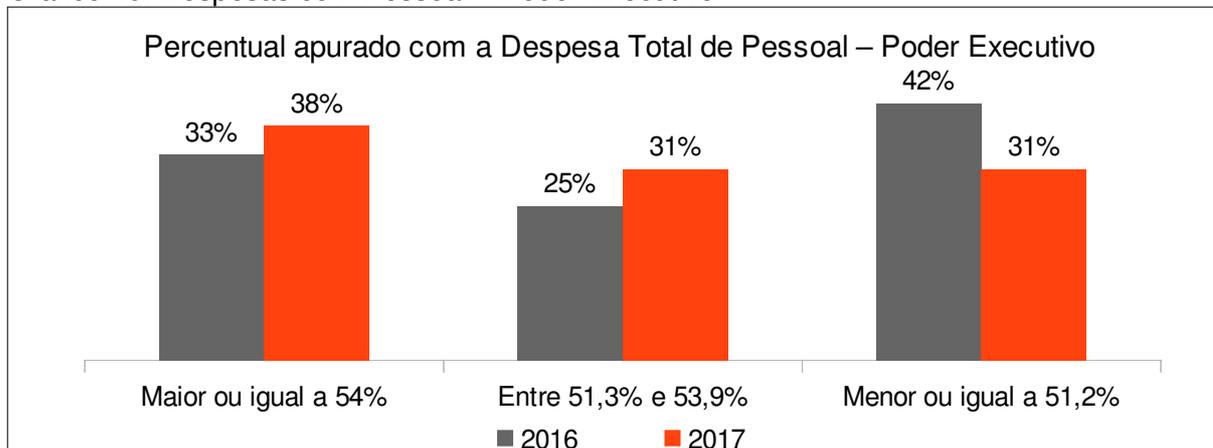
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.5.5 Despesas com Pessoal – Poder Executivo

Os limites e a forma de apuração das despesas com pessoal estão definidos nos artigos 20, 22 e 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

Atingindo os limites legais, o município terá que adotar medidas, tendo em vista as restrições previstas no art. 22 e art. 23, §3º, do mesmo mandamento legal.

Gráfico 40: Despesas com Pessoal – Poder Executivo



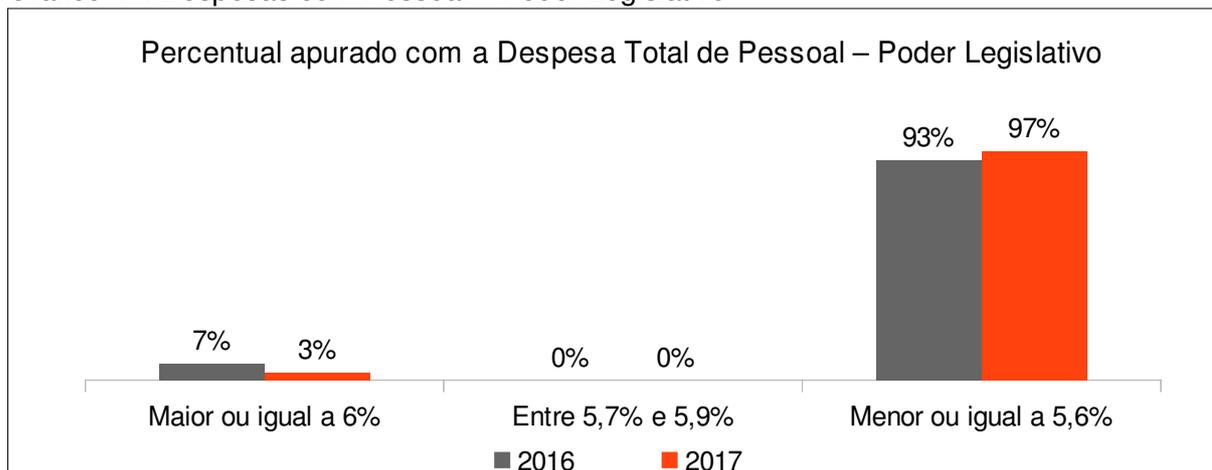
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Como se pode observar dos resultados apurados, um pouco mais de um terço dos municípios (38%) declararam um percentual apurado com a despesa de pessoal igual ou superior a 54%, limite legal permitido.

2.5.6 Despesas com Pessoal – Poder Legislativo

Quanto aos resultados da despesa com pessoal do Poder Legislativo, a maioria das câmaras municipais encontra-se com resultado positivo, menor ou igual 5,6%.

Gráfico 41: Despesas com Pessoal – Poder Legislativo



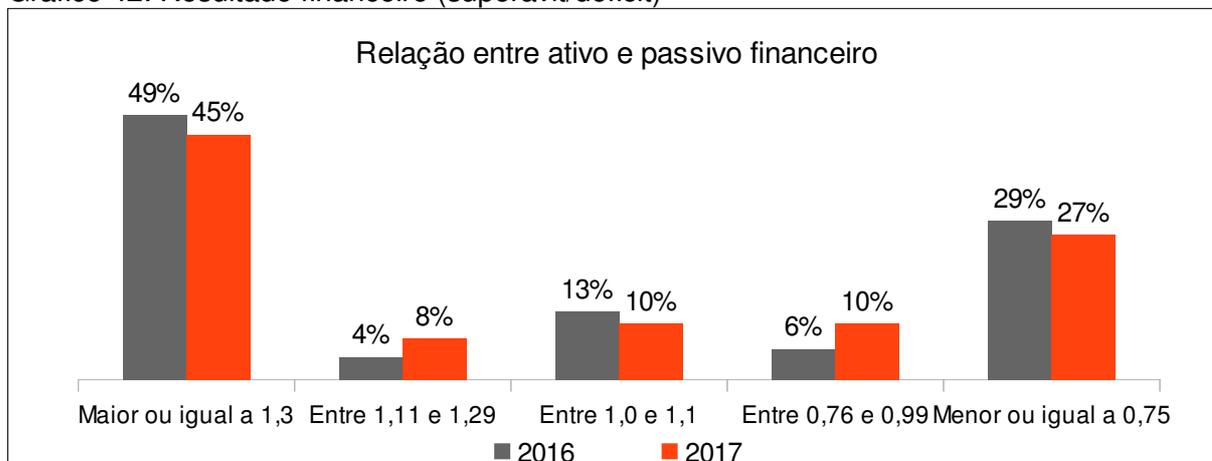
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.5.7 Apuração do resultado financeiro (superavit/deficit)

A apuração do resultado financeiro obtida pela relação entre o ativo e o passivo financeiro evidenciou que o melhor relação nesse quesito, entre 1,0 e 1,1, foi atingida por 10% dos municípios.

A maioria dos municípios obteve resultado negativo, encontrando-se na faixa maior ou igual a 1,3 ou menor ou igual a 0,75.

Gráfico 42: Resultado financeiro (superavit/deficit)



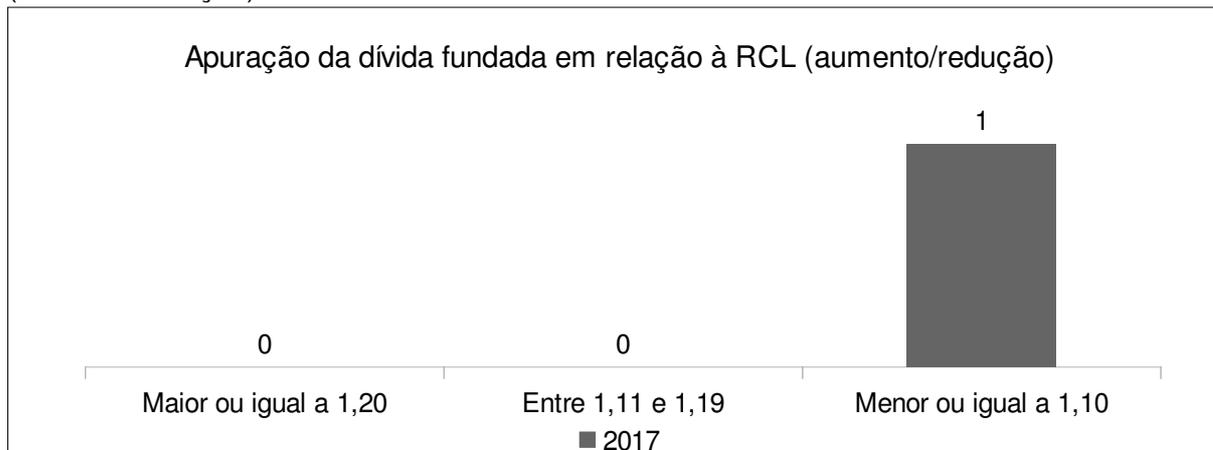
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.5.8 Apuração da dívida fundada (aumento/redução)

Quanto ao resultado da apuração da dívida fundada, 100% dos municípios declararam uma

relação menor ou igual a 1,10, resultado que garantiu uma boa classificação dos municípios nesse quesito.

Gráfico 43: Apuração da dívida fundada em relação à Receita Corrente Líquida - RCL (aumento/redução)



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.5.9 Apuração dos pagamentos dos precatórios

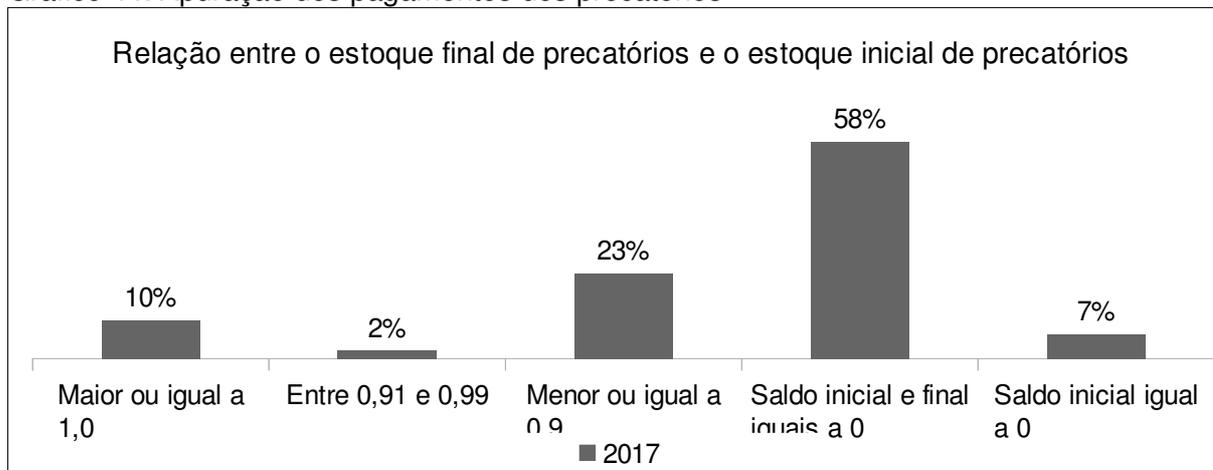
Para apuração do pagamento dos precatórios, aos municípios foi solicitada a informação do estoque inicial e final de precatórios.

Com base nas informações prestadas pelos municípios, observou-se que a maioria deles, 58%, apresentaram saldo inicial e final iguais a 0. 23% apresentaram um resultado da relação entre o estoque inicial e final de precatórios menor ou igual a 0,9, o que é positivo.

O pior resultado, uma relação entre o estoque inicial e final maior ou igual a 1,0, concentrou-se em 10% dos municípios.

7% dos municípios declararam um saldo final maior que 0, no entanto, informaram o valor do estoque inicial de precatórios igual a zero, denotando inconsistência nos registros.

Gráfico 44: Apuração dos pagamentos dos precatórios



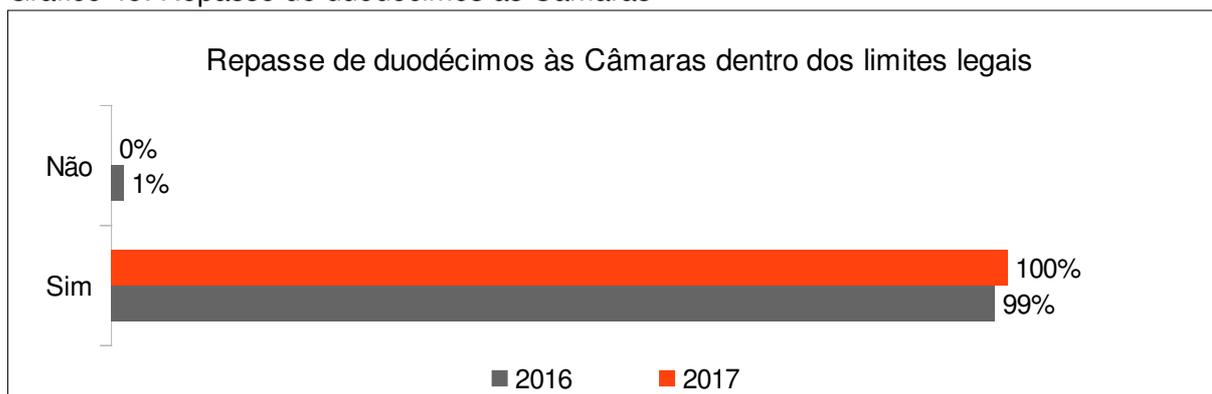
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.5.10 Duodécimo

Ao serem questionados se o repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos

limites legais, de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal, 100% dos municípios declararam encontrar-se em conformidade com o normativo legal.

Gráfico 45: Repasse de duodécimos às Câmaras



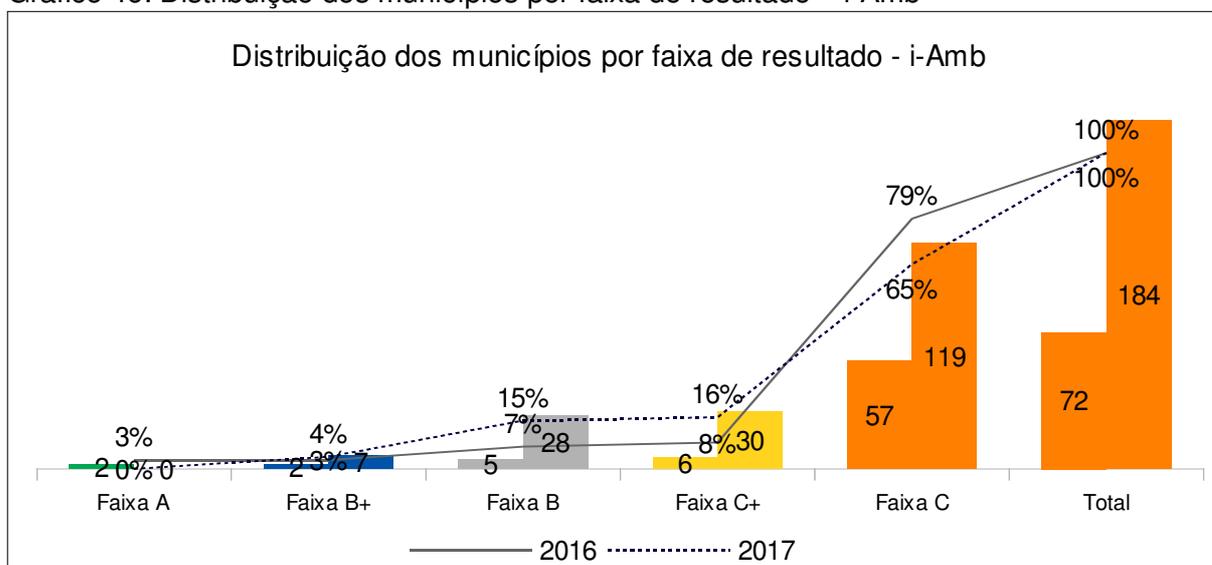
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.6 Dimensão Meio Ambiente / i-Amb

Esta seção exibe os resultados dos quesitos observados na dimensão i-Amb.

No Gráfico 46, pode ser visualizada a distribuição dos municípios por faixa de resultados. O resultado geral da dimensão meio ambiente (0,43) enquadrou-se na faixa C, o que significa que, em média, os municípios, neste indicador, encontra-se com um baixo nível de adequação dos processos de gestão.

Gráfico 46: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Amb



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Os próximos subtítulos especificarão os resultados de quesitos da dimensão i-Amb para melhor compreensão dos pontos que atingiram resultados positivos e o que pode ser melhorado.

2.6.1 Estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal

Ao ser questionado se possuía estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao meio ambiente municipal, 93% dos municípios afirmaram possuir, conforme resultados apresentados no Gráfico 47.

Gráfico 47: Estrutura organizacional



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.6.2 Planos Municipais

Quanto aos planos municipais estabelecidos pela Lei nº 11.445/2007 e Lei nº 12.305/10, concomitante com a Resolução CONAMA nº 307/02, os resultados apresentaram-se baixos em relação ao total de municípios.

O plano municipal de saneamento básico foi o mais observado nas respostas dos municípios, sendo apontado como elaborado por 32% das municipalidades, seguido do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, 20% dos municípios, e com menor representatividade, o plano municipal de resíduos da construção civil, 7%, o qual pode estar contido no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

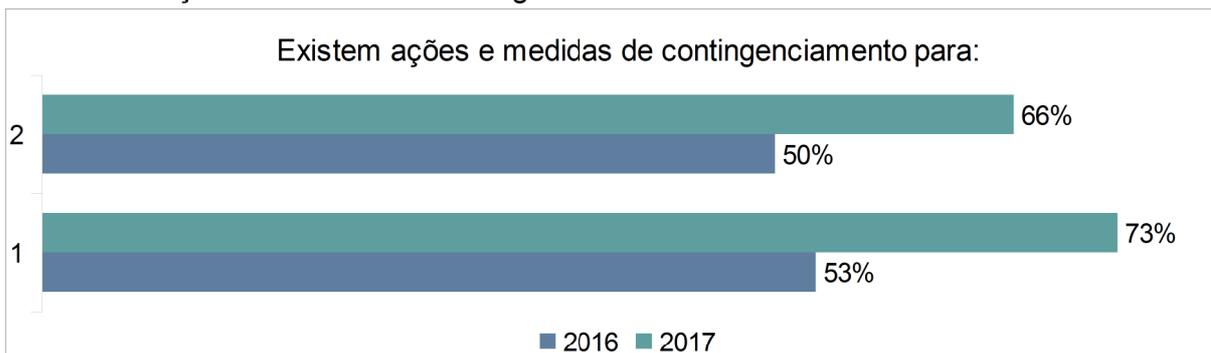
Gráfico 48: Planos Municipais



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.6.3 Medidas de contingenciamento

Gráfico 49: Ações e medidas de contingenciamento



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

1 - Provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal de ensino

2 - Provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da atenção básica da saúde

Com relação às ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal de ensino e da atenção básica da saúde, 73% afirmaram adotar providências para a rede municipal de ensino e em número inferior, 66%, para as unidades básicas de saúde.

2.6.4 Coleta Seletiva

Gráfico 50: Realização da coleta seletiva de resíduos sólidos

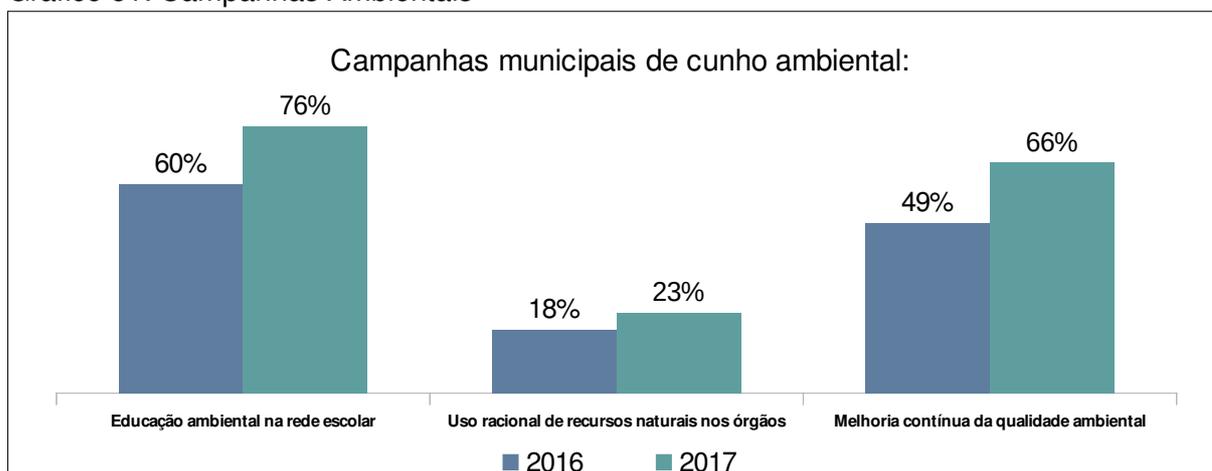


Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

No que diz respeito à coleta seletiva de resíduos sólidos, apenas 7% dos municípios declararam realizá-la de forma total. A grande maioria, 59%, não a realiza.

2.6.5 Campanhas

Gráfico 51: Campanhas Ambientais



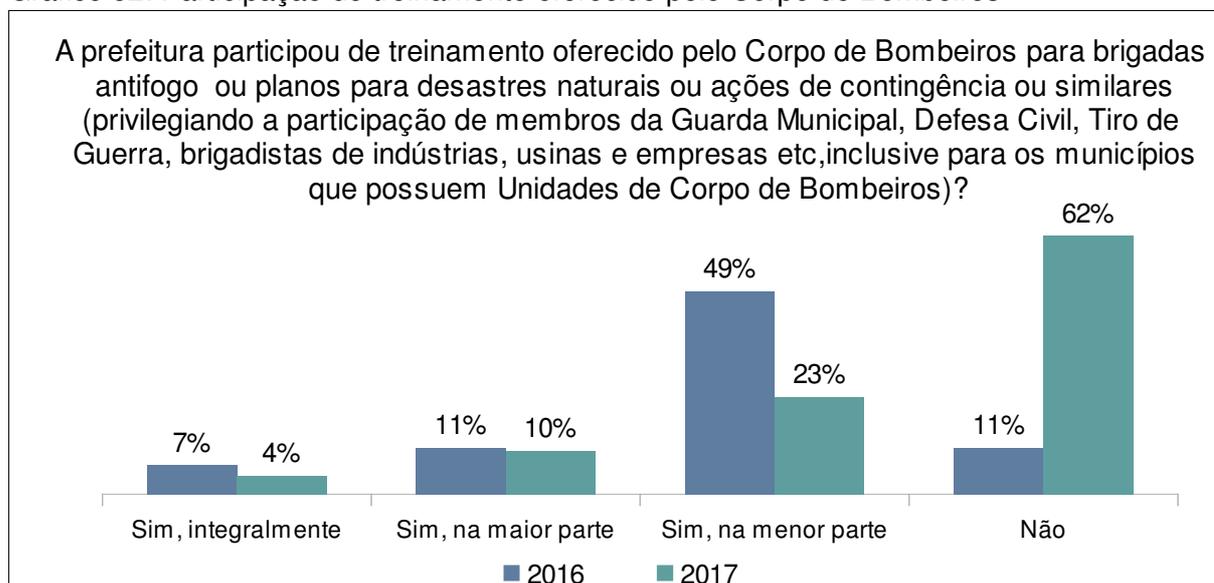
Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Sobre as campanhas ambientais, a educação ambiental na rede escolar foi destaque, tendo sido declarada sua realização por 76% dos municípios. Seguiu este resultado, a melhoria contínua da qualidade ambiental, sendo apontada por 66% dos municípios. Com menos aderência pelos municípios, estão as campanhas relacionadas ao uso racional dos recursos naturais nos órgãos.

2.6.6 Treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros sobre ações de contingência

Quanto à participação de membros da prefeitura em treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares, parte consideravelmente reduzida dos municípios, 4%, declarou participação integral nesses eventos. A grande maioria dos municípios, 62%, declarou não participar.

Gráfico 52: Participação do treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros

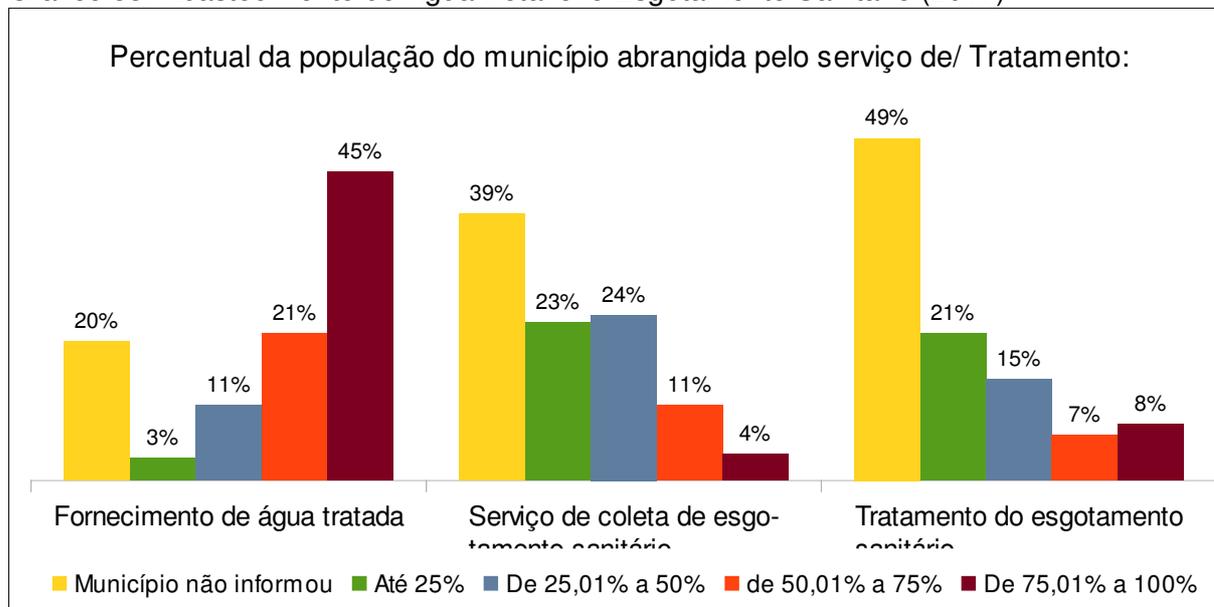


Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

2.6.7 Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário

A título informativo deste levantamento, são apresentadas no Gráfico 53 informações quanto à cobertura da população atendida com água potável, serviço de coleta de esgotamento sanitário e tratamento do esgotamento sanitário.

Gráfico 53: Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (2017)



Fonte: Dados do levantamento.

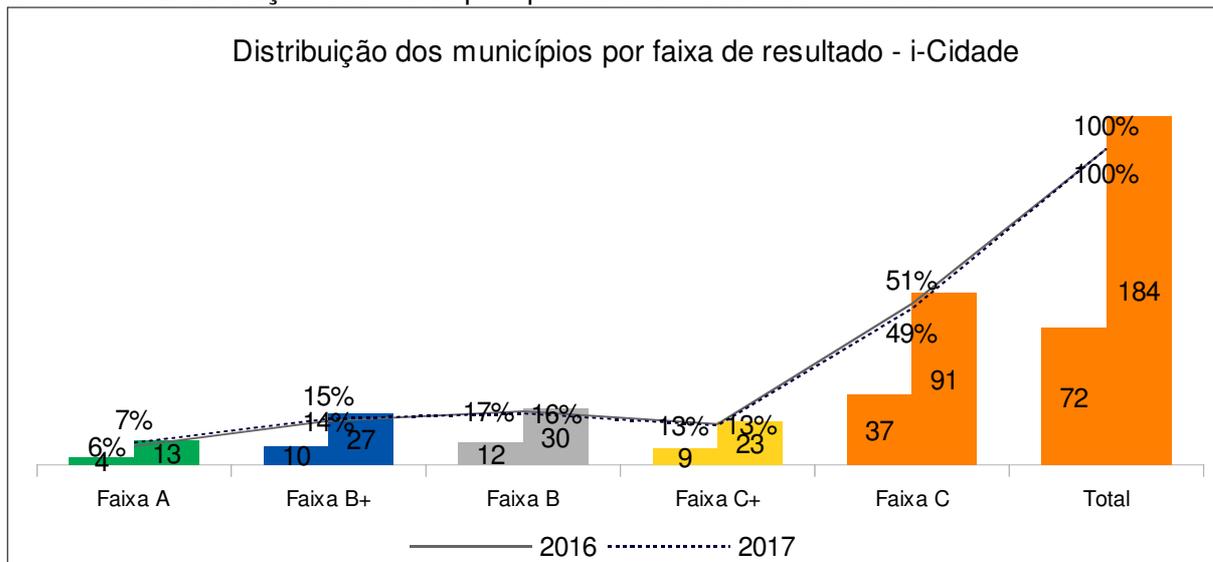
2.7 Dimensão Cidades Protegidas / i-Cidade

Esta seção exibe os resultados dos quesitos observados na dimensão i-Cidade.

No Gráfico 54, pode ser visualizada a distribuição dos municípios por faixa de resultados. O resultado geral da dimensão cidades protegidas (0,45) enquadrou-se na faixa C, o que

significa que, em média, os municípios, neste indicador, encontra-se em baixo nível de adequação dos processos de gestão.

Gráfico 54: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Cidade

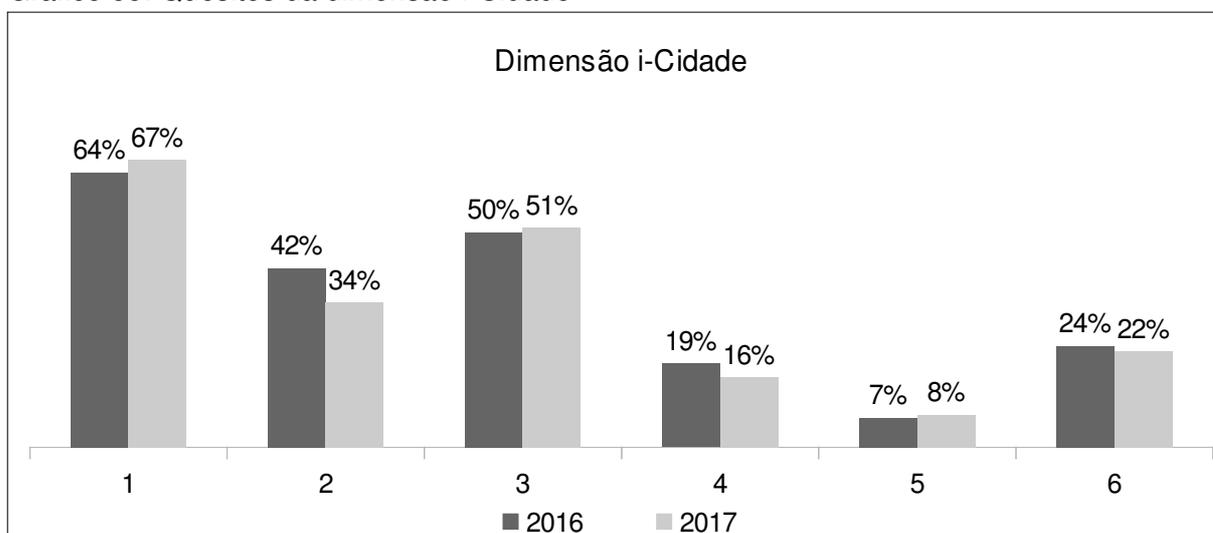


Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

O próximo subtítulo especificará os resultados dos quesitos da dimensão i-Cidade para melhor compreensão dos pontos que atingiram resultados positivos e o que pode ser melhorado.

2.7.1 Quesitos da dimensão i-Cidade

Gráfico 55: Quesitos da dimensão i-Cidade



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

- 1 - O município possui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturado(a) (Lei nº 12.608/2012).
- 2 - O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil.
- 3 - O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público.
- 4 - O município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.
- 5 - O município capacita seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil.
- 6 - O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado.

O resultado da aderência aos quesitos da dimensão i-Cidade foi consolidado no Gráfico 55.

Itens mais aderentes se relacionaram à estrutura dos municípios quanto à existência de Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, 67%, e de algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público, 51%.

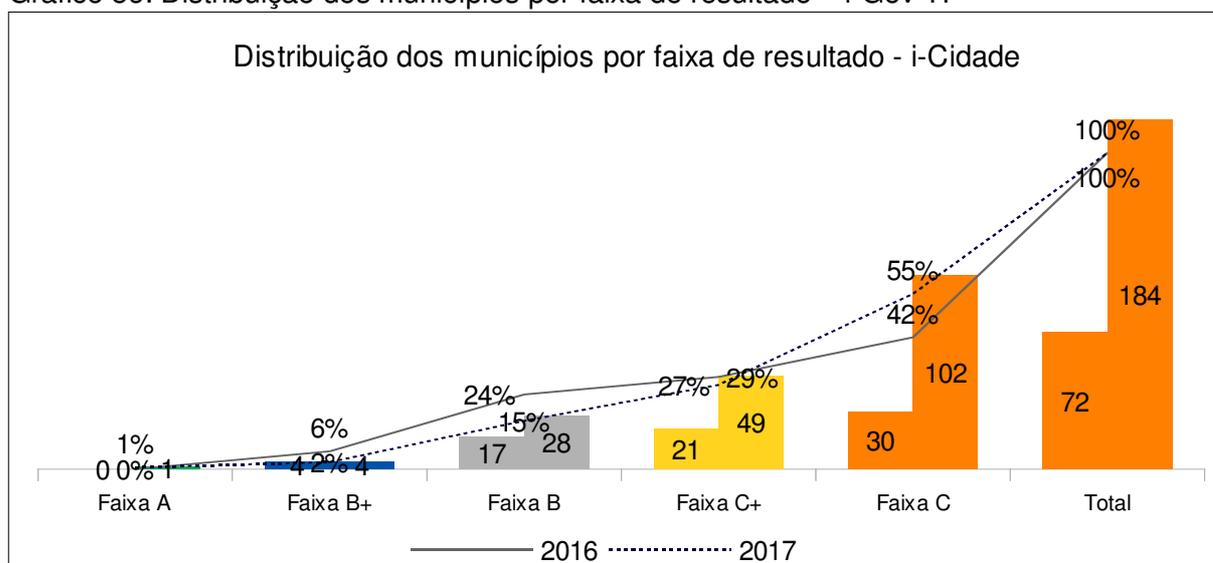
Apesar de a maioria ter estruturado a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, apenas 8% dos municípios capacitou seus agentes para ações municipais de proteção e defesa civil. Houve, ainda, pouca aderência no que se refere à existência de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, 16%. Também verificou-se baixa aderência pelos municípios quanto ao estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado, 22%, e ao controle de ocorrência de Proteção e Defesa Civil por meio de registros eletrônicos, 34%.

2.8 Dimensão Governança de Tecnologia da Informação / i-Gov TI

Esta seção exibe os resultados dos quesitos observados na dimensão i-Gov TI.

No Gráfico 56, pode ser visualizada a distribuição dos municípios por faixa de resultados. O resultado geral da dimensão governança de tecnologia da informação (0,49) enquadrou-se na faixa C, o que significa que, em média, os municípios, neste indicador, encontra-se em fase de adequação quanto aos processos de gestão.

Gráfico 56: Distribuição dos municípios por faixa de resultado – i-Gov TI



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

O próximo subtítulo especificará os resultados dos quesitos da dimensão i-Gov TI para melhor compreensão dos pontos que atingiram resultados positivos e o que pode ser melhorado.

2.8.1 Gestão da tecnologia da informação

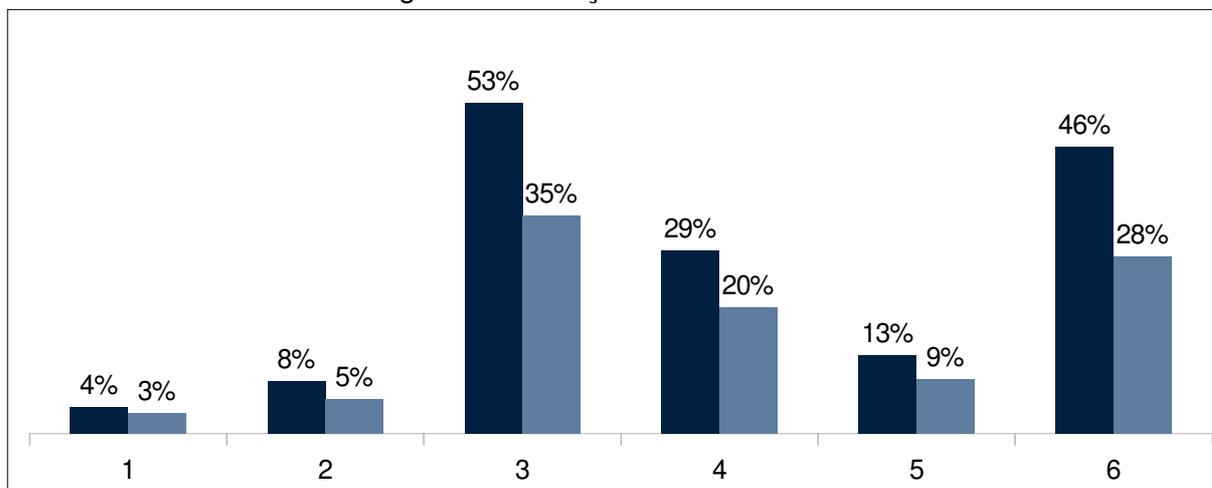
Quanto aos quesitos relacionados à gestão organizacional na área de tecnologia da informação dos municípios, observou-se que pouco mais da metade dos municípios, 53%, afirmou possuir quadro com funcionários na área. No entanto, os resultados apontaram que em 20% dos municípios, a prefeitura define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.). Em apenas 9% há disponibilização, periodicamente, de programas de capacitação e atualização para este pessoal.

Com resultados menores, nos quesitos relacionados à prefeitura municipal possuir o PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – que estabeleça diretrizes e metas de

atingimento no futuro, e a Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação foram aderentes 3% e 5% dos municípios, respectivamente.

Ademais, sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, foi declarado que há participação do pessoal de TI no processo de compra em 28% dos municípios.

Gráfico 57: Gestão da tecnologia da informação



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

1 - A prefeitura municipal possui PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro.

2 - A prefeitura municipal possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação.

3 - A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação.

4 - A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.).

5 - A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI.

6 - Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, há participação do pessoal de TI no processo de compra.

2.8.2 Acesso à informação e Transparência

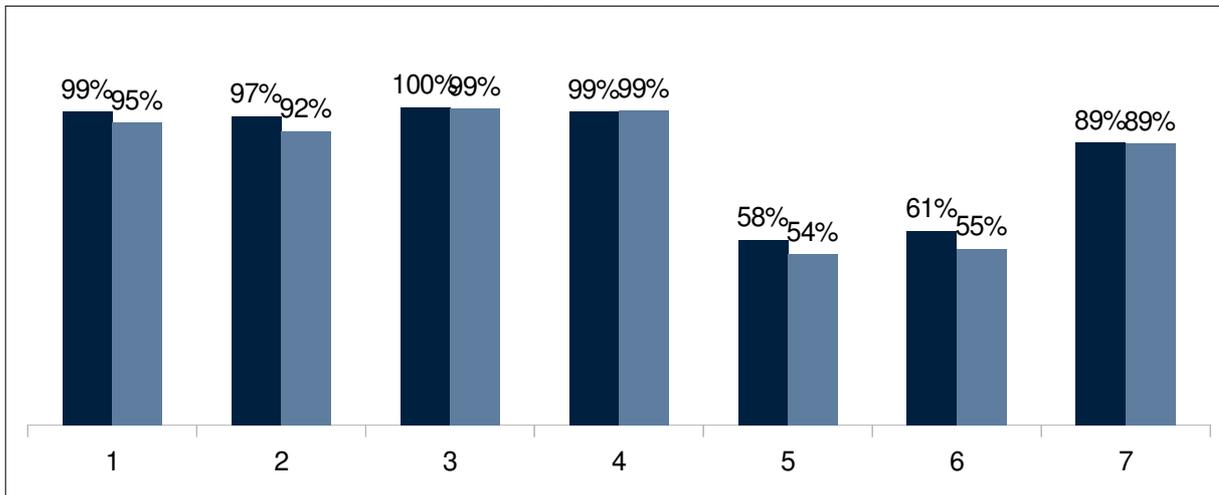
Nos quesitos relacionados ao acesso à informação e transparência, nos termos da legislação vigente, ficou demonstrada boa aderência pelos municípios.

Divulgação dos dados relativos à transparência na gestão fiscal e de dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios foi realizada por 99% dos municípios, de acordo com suas declarações.

Ainda com boa aderência estão as questões relacionadas à atualização semanal das informações disponibilizadas no *site* da prefeitura, 95%, à divulgação na internet de dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios, 92%, bem como à divulgação dos dados relativos a atas da comissão de licitação de processos, 89%.

Menos aderentes, estão os quesitos relacionados ao uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras Eletrônicas), 54%, e à divulgação e treinamento aos usuários dos sistemas e softwares disponibilizados 55%.

Gráfico 58: Acesso à informação e Transparência



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Legenda:

1 - A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)?

2 - Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet.

3 - Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na internet, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

4 - Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet.

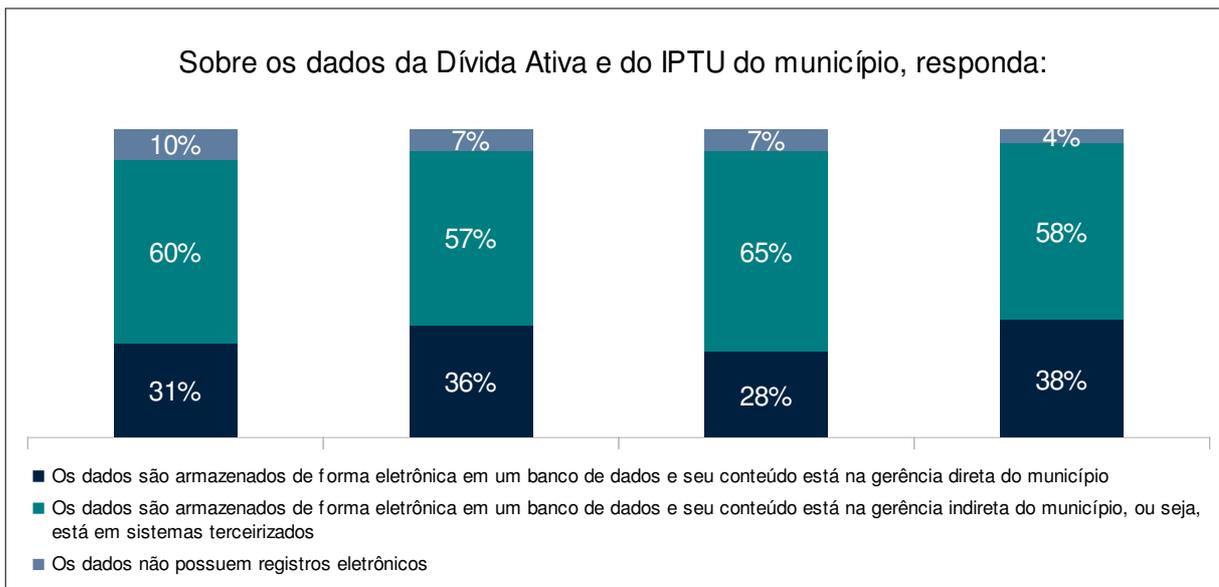
5 - Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras Eletrônicas).

6 - Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos.

7 - Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet.

2.8.3 Dados da Dívida Ativa e do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)

Gráfico 59: Dados da Dívida Ativa e do IPTU



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

Com relação ao armazenamento dos dados tributários relacionados à dívida ativa e ao IPTU, pouco mais de um terço dos municípios declararam que os dados eram armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e, o mais relevante, seu conteúdo estava sob a gerência do município.

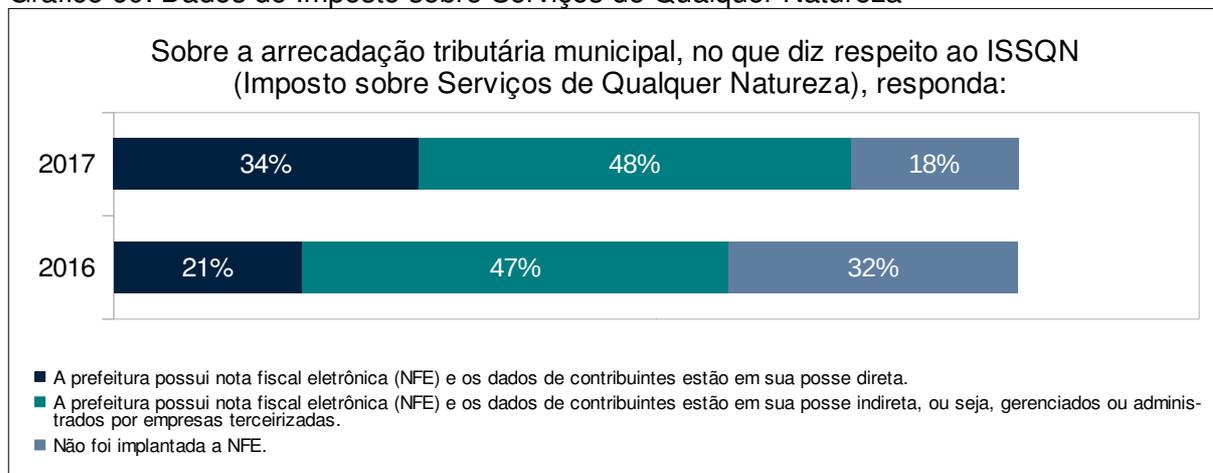
Na maioria dos municípios, de acordo com as declarações, ainda que os dados estivessem armazenados de forma eletrônica em um banco de dados, seu conteúdo estava na gerência indireta do município em sistemas terceirizados.

Em número pequeno, mas considerando a relevância do tema, 4% dos municípios afirmaram que os dados de IPTU não possuem registro eletrônico, e também os da dívida ativa, em 7% deles.

2.8.4 Dados do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)

No que diz respeito ao ISS, praticamente um terço dos municípios afirmou já ter a nota fiscal eletrônica (NFe) implantada e os dados dos contribuintes estarem em sua posse direta. Um pouco menos da metade declarou que a Nfe também já foi implantada, mas os dados dos contribuintes estavam na gerência indireta do município em sistemas terceirizados. Em 18% dos municípios ainda não havia sido implantada a Nfe.

Gráfico 60: Dados do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza



Fonte: Dados do levantamento. 2016: 72 municípios / 2017: 184 municípios

3 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Considerando que o trabalho em tela foi realizado na modalidade de levantamento, uma vez que se destinou a construir o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), ano base 2017, apuração 2018;

Considerando que o IEGM é um indicador de processo que mensura o grau de aderência da gestão municipal a determinados processos e controles em sete áreas: educação, saúde, gestão fiscal, planejamento, meio ambiente, defesa civil e governança em tecnologia da informação;

Considerando que o IEGM tem por objetivo orientar os gestores municipais a implantar os processos e controles no âmbito das sete dimensões avaliadas, ajudando a gestão a melhorar os resultados de suas políticas públicas, para que, por fim, os produtos e serviços públicos tenham impacto no desenvolvimento socioeconômico da sua população;

Considerando que os resultados colaboram com o aprimoramento da gestão dos recursos públicos e da efetiva execução das políticas públicas municipais, uma vez que possibilitam a correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento pelas administrações públicas municipais. Além disso, favorece a transparência e o controle social ao evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as exigências da sociedade, além de contribuir para o aperfeiçoamento das próprias atividades de controle externo;

A Gerência de Avaliação de Políticas Públicas, responsável pela fiscalização em tela, submete os autos à consideração superior, sugerindo:

- 1) Que sejam enviadas cópias do presente levantamento:
 - 1.1) aos prefeitos dos 184 municípios cearenses para que orientem as unidades sob sua estrutura a utilizar no planejamento de suas ações o referido diagnóstico e os resultados individuais disponibilizados por meio do link https://www6.tce.ma.gov.br/iegm_ranking/ranking.zul;
 - 1.2) às câmaras municipais cearenses, bem como à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, para conhecimento;
 - 1.3) ao Instituto Plácido Castelo com o objetivo de subsidiar o planejamento de suas futuras ações de capacitação voltadas para os gestores municipais;
- 2) Que a Secretaria de Controle Externo desta Corte de Contas considere os resultados do presente levantamento no plano de fiscalização e que providencie a divulgação do relatório no sítio eletrônico do TCE/CE como forma de dar conhecimento à sociedade;
- 3) Que seja submetido ao Tribunal Pleno para dar conhecimento do resultado da apuração do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM concernente ao exercício base 2017 e posterior arquivamento.

Gerência de Avaliação de Políticas Públicas da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Fortaleza (CE), 30 de novembro de 2018.

Priscila Lima de Castro
Analista de Controle Externo

Francisco das Chagas Evangelista
Auxiliar de Controle Externo

Giovanna Augusta Moura Adjafre
Técnico de Controle Externo

Luiz Gonzaga Dias Neto
Analista de Controle Externo

Confere:
José Ricardo Moreira Dias
Gerente de Avaliação de Políticas Públicas

REFERÊNCIAS

BRASIL. Boletim Interno do Tribunal de Contas da União: Padrões de Levantamento. Brasília, 2011.

Instituto Rui Barbosa. Manual Genérico do IEGM. Belo Horizonte, 2016.

ANEXOS I

MEMORIAL DE CÁLCULOS POR DIMENSÃO

SÍNTESE: i-EDUC

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA EDUCAÇÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano))? Obs.: Ações e medidas documentadas, apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.</p>	SIM – 05
	Quantas crianças abandonaram o Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por necessidade de trabalho?
	Quantas crianças abandonaram o Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por dificuldades de aprendizado?
	Quantas crianças abandonaram o Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por causa de doenças crônicas?
	Quantas crianças abandonaram o Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por falta de incentivo dos pais?
	Quantas crianças abandonaram o Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por mudança de endereço?
	Quantas crianças abandonaram o Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por outros motivos?
	NÃO – 00
<p>2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2016?</p>	SIM – 05
	Qual o número:
	NÃO – 00
<p>3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2016?</p>	SIM – 05
	Qual o número:
	NÃO – 00
<p>4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam do Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2016?</p>	SIM – 03
	Qual o número:
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?	SIM, avaliação própria – 03
	SIM, aderiu ao <<Programa Estadual de avaliação, se houver>>: – 02
	SIM, aderiu ao Programa Nacional de avaliação – 01
	SIM, terceirizada – 01 Qual empresa?
	NÃO aplicou – 00
6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	SIM – 03
	NÃO – 00
7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação do Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	IDEB
	<<Índice Estadual, se houver>>
	Outro – Qual?
8. O município possui o Plano Municipal de Educação?	SIM – 05 Informe nº da lei e data da promulgação:
	Não – 00
9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?	SIM – 03 Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município? Obs. Quantidade de computadores em funcionamento = total de computadores destinados aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em todas as escolas do município.
	NÃO – 00
10. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe:	Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):
	Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):

QUESITOS	PONTUAÇÕES
11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2016, responda:	Quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2016? <Quantidade> ou Não possui registro
	Quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura? <Quantidade> ou Não possui registro
12. Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2016:	<Quantidade> ou Não possui registro
13. Qual o piso salarial municipal dos professores?	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?	SIM – 03
	NÃO – 00
15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?	SIM Qual a média de tempo (em minutos)?
	NÃO
16. Qual a idade média da frota escolar, em anos? Obs. Idade média = [(Ano de 2016) – (Ano de fabricação de cada veículo)]/(número total de veículos da frota escolar)	
17. Como é feita a preparação da merenda no município?	Cozinha piloto própria
	Nas escolas (que possuem merendeiras)
	Terceirizada Qual o custo unitário médio do almoço?
18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?	SIM, semanalmente – 02
	SIM, mensalmente – 01
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro DE 1996?	SIM – 05 NÃO – 00 Qual o percentual de professores que possuem?
20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?	SIM – 04 Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas do Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2016? NÃO – 00
21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal? Obs.: Não considerar treinamentos voltados para os professores.	SIM – 04 Qual? Percentual de cobertura - 1º ano: Percentual de cobertura - 2º ano: Percentual de cobertura - 3º ano: Percentual de cobertura - 4º ano: Percentual de cobertura - 5º ano: NÃO – 00
22. Qual o total de turmas para creche?	<Quantidade> ou Não possui registro
23. Qual o total de turmas para pré-escola?	<Quantidade> ou Não possui registro
24. Qual o total de turmas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	<Quantidade> ou Não possui registro
25. Qual a quantidade de alunos que terminaram o último ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2016?	<Quantidade> ou Não possui registro

QUESITOS	PONTUAÇÕES
26. Qual a quantidade de alunos matriculados no último ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2016 que teve aproveitamento para os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) em 2017?	<Quantidade> ou Não possui registro
27. Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): <Quantidade> ou Não possui registro Obs. Todos os dias de ausência de professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2016 (justificadas ou injustificadas)	Faltas injustificadas:
	Faltas justificadas:
	Licença médica:
	Licença maternidade/paternidade:
	Abonos:
	Outros: (inclusive ausências pontuais amparadas por lei).
28. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de ensino (estabelecimentos físicos) destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2016?	<Quantidade> ou Não possui registro
29. Quantas vagas foram disponibilizadas no ano de 2016 para período integral?	Creche: <Quantidade> ou Não possui registro
	Pré-escola: <Quantidade> ou Não possui registro
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): <Quantidade> ou Não possui registro
30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM – 04
	NÃO – 00
31. Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2016?	Creche: <Quantidade> ou Não possui registro
	Pré-escola: <Quantidade> ou Não possui registro
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): <Quantidade> ou Não possui registro
32. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?	SIM:
	Informe a CNPJ e Razão social da(s) empresa(s)
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
33. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?	<p>Não existe pagamento de horas extras</p> <p>Realização de feiras e eventos aos finais de semana</p> <p>Absenteísmo de professores</p> <p>Cobertura de férias e licenças</p> <p>Não possui equipe completa</p> <p>Outro - qual?</p>
34. O município possui levantamento da distorção idade/série nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	<p>SIM</p> <p>NÃO</p>
35. Qual a data de início do ano letivo de 2016?	
<p>36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda:</p> <p>Obs.: Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura, esta deve ser contada apenas uma vez, no valor referente a escolas com biblioteca.</p> <p>Metodologia de Cálculo: Pontuação obtida através do cálculo do desvio padrão da razão entre o nº de escolas com biblioteca ou sala de leitura e o nº de escolas no município. Para Outliers: 03 pontos Para municípios dentro do intervalo de dispersão: 02 pontos Para pontos de atenção: 00 ponto</p>	<p>Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Obs. A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um Bibliotecário.</p> <p>Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?</p>
37. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?	<p>SIM Data da entrega: - se data <= início das aulas = 04 pontos - se data < início das aulas + 15 dias = 02 pontos - se data >= início das aulas + 15 dias = 00 ponto</p> <p>NÃO – 00 ponto</p>
38. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?	<p>SIM Data da entrega: - se data <= início das aulas = 04 pontos - se data < início das aulas + 30 dias = 02 pontos - se data >= início das aulas + 30 dias = 00 ponto</p> <p>NÃO – 00 ponto</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
45. FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação <<questito preferencialmente apurado eletronicamente a partir dos dados das prestações de contas dos municípios>>	>= 95% – 04
	>= 60% Magistério - 04
46. A prefeitura aplicou o mínimo constitucional? <<questito preferencialmente apurado eletronicamente a partir dos dados das prestações de contas dos municípios>> *INCLUSA COMO REGRA DE REBAIXAMENTO DE NOTA NAS FAIXAS DE RESULTADO	SIM – 14
	NÃO – 00
47. Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche?	
48. Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola?	
49. Qual a quantidade de matrículas realizadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	
50. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche?	
51. Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche?	
52. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola?	
53. Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola?	
54. Qual a quantidade de professores efetivos destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	
55. Qual a quantidade de professores temporários destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	
56. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação:	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
57. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) estavam funcionando durante o exercício de 2016? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

**QUESITOS
PONTUAÇÕES**

58. Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2016?

Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

Creche:

Pré-escola:

Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

59. Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?

Creche:

Pré-escola:

1º ano – Ensino Fundamental:

2º ano – Ensino Fundamental:

3º ano – Ensino Fundamental:

4º ano – Ensino Fundamental:

5º ano – Ensino Fundamental:

**TOTALIZAÇÃO
Peso da Dimensão Educação**

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

i-EDUC: 20/100 – 0,20 (20%)

**FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-EDUC = (Somatório dos indicadores)/100**

SÍNTESE: i-SAÚDE**MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SAÚDE**

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?	SIM – 12 Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?
	NÃO – 00
2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)? Obs. Não considerar marcação de consulta nem orientação médica emergencial	SIM – 00
	NÃO – 05
3. O Município divulga nas UBS em local acessível ao público a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?	SIM – 05
	NÃO – 00
4. Os locais de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica municipais estão regulares perante o Corpo de Bombeiros (mediante documento que ateste a regularidade, após vistoria)?	SIM, todos possuem – 08
	SIM, a maior parte possui - 05
	SIM, a menor parte possui – 03
	NÃO – 00
5. Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização realizada pelo órgão sanitário local?	SIM, todos possuem – 10
	SIM, a maior parte possui - 07
	SIM, a menor parte possui – 04
	NÃO – 00
6. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?	SIM (informatizada) – 05
	SIM (manual) – 03
	NÃO – 00
QUESITOS	PONTUAÇÕES
7. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de	SIM

insumos?	NÃO
8. O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado?	SIM
	NÃO
9. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno? Obs.: A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	SIM – 03
	NÃO – 00
10. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação? <Quantidade> ou Não possui registro	Referente ao calendário de vacinação do 1º ano de vida:
	Referente ao calendário de vacinação do 2º ano de vida:
	Referente ao calendário da população adulta:
11. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de hipertensão estão atualizados?	SIM
	NÃO
12. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de Diabetes Mellitus está atualizado?	SIM
	NÃO
13. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	SIM – 07
	Permanece apenas nas consultas agendadas – 03
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?</p>	SIM, todas possuem – 05
	SIM, a maior parte das UBS possui – 03
	SIM, a menor parte das UBS possui – 01
	NÃO – 00
<p>15. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2016, informe:</p>	<p>Total de casos novos tuberculose (todos os tipos) diagnosticados no ano: Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
	<p>Total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano com exame anti-HIV realizado: Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
	<p>Taxa de cura de tuberculose no município (todos os tipos): Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
	<p>Total de casos novos tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano: Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
	<p>Taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera no município (todos os tipos): Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
<p>16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana? <Percentual de 0,00 a 100%></p>	0%: 00 ponto
	01% – 49,99%: 01 ponto
	50% – 74,99%: 03 pontos
	75% ou mais: 05 pontos

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>17. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto mecânico ou eletrônico (Ex.: biométrico; digital; etc)? Obs. Livro ponto não é controle eletrônico.</p>	SIM – 03
	NÃO – 00
<p>18. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?</p>	SIM – 03
	NÃO – 00
<p>19. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas? Obs.: Palestras e escovação não configuram consulta.</p>	SIM, com consulta odontológica das crianças – 03
	SIM, somente com divulgação – 01
	NÃO – 00
<p>20. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) no município? Obs. Em dezembro de 2016</p>	
<p>21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe:</p>	Todas as equipes contam com médicos – 03
	A maior parte das equipes conta com médicos - 02
	A menor parte das equipes conta com médicos - 01
	As equipes não contam com nenhum médico - 00
<p>22. Qual a forma de gestão municipal no Programa Saúde da Família?</p>	Recursos humanos próprios
	Convênio
	Contrato de gestão
	Termo de parceria
	Outro Qual:
<p>23. Qual o número de agentes comunitários de saúde no município? Obs. Em dezembro de 2016</p>	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
24. Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2016, informe:	Número de nascidos vivos de mães residentes no município: <NÚMERO> ou NÃO POSSUI REGISTRO Número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde: <NÚMERO> ou NÃO POSSUI REGISTRO
25. Qual a cobertura da terceira dose da vacina pentavalente aplicada no total de crianças menores de 1 ano de idade?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
26. Qual o número de consultas médicas básicas realizadas nas UBSs do município no último ano?	<NÚMERO> NÃO POSSUI REGISTRO
27. Sobre atendimento de urgências, responda: (É possível selecionar várias opções)	A Prefeitura tem SAMU A Prefeitura mantém apenas convênio de atendimento pré-hospitalar com o Corpo de Bombeiros A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências Qual: Descreva sucintamente:
28. Qual o intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento na UBS (em dias)?	<TEMPO EM DIAS> NÃO POSSUI REGISTRO
29. Existe Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM – 05 NÃO – 00
30. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2016? Obs.: Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)	8 ou mais reuniões – 05 pontos 6 a 7 reuniões – 03 pontos 4 a 5 reuniões – 01 ponto 0 a 3 reuniões – 00 ponto

QUESITOS	PONTUAÇÕES
31. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de campanhas e eventos aos finais de semana
	Absentéismo
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outros (Quais?)
32. Qual a quantidade total de horas extras em 2016 para médicos?	
33. Sobre a dengue no município em 2016, informe:	Número de casos diagnosticados:
	Número de óbitos:
	Número de imóveis visitados em cada um dos seis ciclos preconizados. Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)I: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)II: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)IV: Ciclo V: Ciclo VI:
	Número total de imóveis da área urbana do município:
	34. O município possui Plano Municipal da Saúde com período correspondente ao PPA vigente?
NÃO	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
35. Qual a quantidade de médicos ativos do município em 2016? Carga horária: 20h; 30h ou 40h semanais. Obs: médicos que atuam na Atenção Básica	Informe, para cada mês do ano de 2016, a quantidade de médicos ativos por carga horária cumprida: 20h, 30h e 40h semanais.
36. Qual o intervalo de tempo médio de espera, em dias, entre a marcação de exames complementares laboratoriais (bioquímicos, de imagem, patológicos, coleta de materiais e etc.) solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização?	
37. O município possui Ouvidoria da Saúde implantada?	SIM Qual a quantidade de atendimentos realizados no último ano? NÃO
38. A Ouvidoria de Saúde possui relatórios de atendimentos?	SIM NÃO
39. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias?	SIM NÃO
40. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?	SIM Quantos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica existem no Município? Quantos destes estabelecimentos farmacêuticos têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço <i>WebService</i> ? NÃO
41. Sobre as internações clínicas ocorridas no município em 2016, informe:	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município: Quantidade de internações por causas sensíveis à Atenção Básica:

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>42. Sobre as internações clínicas de pacientes residentes no município ocorridas em 2016, informe:</p> <p><<Alternativamente, o quesito poderá ser apurado de maneira sintética, através da seguinte redação: “Quantidade de internações por condições sensíveis à atenção básica (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):” Se for este o caso, na tabela abaixo, não faça distinção entre condições sensíveis e outras condições sensíveis.>></p>	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Quantidade de internações por cada uma das condições sensíveis à atenção básica abaixo : (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:
	Anemia:
	Pneumonias bacterianas:
	Asma:
	Bronquites:
	Hipertensão:
	Insuficiência cardíaca:
	Diabetes mellitus:
	Epilepsias:
	Infecção no rim e trato urinário:
Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	
Outras doenças sensíveis à atenção básica:	
Para responder às questões 41 e 42 , considere a seguinte <u>lista CID-10 das Condições Sensíveis à Atenção Básica</u> :	
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
1. Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:	A15.0-A19.9, A33.0-A37.9; A50.0-A53.9, A95.0-A95.9, B05.0-B06.9, B16.0-B16.9, B26.0-B26.9, B50.0-B54.9, B77.0-B77.9, G00.0, I00-I02.9
2. Anemia:	D50.0-D50.9
3. Pneumonias bacterianas:	J13, J14, J15.3-J15.4, J15.8-J15.9, J18.1
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
4. Asma:	J45.0-J45.9
5. Bronquites:	J20.0-J21.9, J40-J42

6. Hipertensão:	I10, I11.0-I11.9
7. Insuficiência cardíaca:	I50.0-I50.9
8. Diabetes mellitus:	E10.0-E14.9
9. Epilepsias:	G40.0-G40.9
10. Infecção no rim e trato urinário:	N30.0-N30.9, N34.0-N34.3, N39.0
11. Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	N70.0-N73.9, N75.0-N76.8
Considere como <u>Outras doenças sensíveis à atenção básica</u> as seguintes:	
Outras Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
12. Gastroenterites infecciosas e complicações:	A00.0-A09.9; E86.0-E86.9
13. Deficiências nutricionais	E40-E46.9, E50.0-E64.9
14. Infecções de ouvido, nariz e garganta	H66.0-H66.9, J00, J01.0-J03.9, J06.0-J06.9, J31.0-J31.9
15. Angina	I20.0-I20.9
16. Infecção da pele e tecido subcutâneo	A46, L01.0-L04.9, L08.0-L08.9
17. Síndrome da Rubéola Congênita	P35.0
Observação: o rol de causas das internações sensíveis à Atenção Básica acima não é idêntico à Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, publicada pela Portaria MS/ SAS nº 221, de 17 de abril de 2008, embora seja baseado nesta.	
QUESITOS	PONTUAÇÕES
43. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
44. Qual o percentual de cobertura vacinal para influenza em maiores de 60 anos?	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>45. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2016, responda:</p>	<p>Quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2016? <Quantidade> ou Não possui registro</p>
	<p>Quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura? <Quantidade> ou Não possui registro</p>
<p>46. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2016, informe:</p>	<p>Número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes: Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos: - 0202031179 VDRL para detecção de sífilis em gestante. - 0214010082 teste rápido para sífilis em gestante.</p>
	<p>Número de partos hospitalares do SUS: Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos: - 0310010039 parto normal. - 0310010047 parto normal em gestação de alto risco. - 0411010026 parto cesariano em gestação de alto risco. - 0411010034 parto cesariano. - 0411010042 parto cesariano com laqueadura tubária.</p>
<p>47. Quanto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município, informe:</p>	<p>Número de Caps I:</p>
	<p>Número de Caps II:</p>
	<p>Número de Caps III:</p>
	<p>Número de Caps i:</p>
	<p>Número de Caps ad:</p>
	<p>Número de Caps ad III:</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>48. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) Equivalentes no município? Obs.: Em dezembro de 2016 Obs.: A equivalência de carga horária do profissional médico para equipe de Atenção Básica (tradicional) em relação à equipe da Estratégia de Saúde da Família considera a somatória da carga horária de pediatra, clínico e obstetra pertencente a uma Unidade Básica tradicional, e a cada 60 horas há equivalência para 1 ESF.</p>	
<p>49. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?</p>	<p>SIM</p> <p>NÃO</p>
<p>50. Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?</p>	<p>SIM Qual tempo médio de atendimento (em minutos)?</p> <p>NÃO</p>
<p>51. Qual a soma da carga horária semanal de todos os cirurgiões dentistas das equipes básicas de saúde bucal do município no ano de 2016?</p>	
<p>52. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município em 2016?</p>	<p><Número inteiro positivo> ou Não possui registro</p>
<p>53. Com base na Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012, informe:</p>	<p>Percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal: >= 15% - 13 pontos < 15% - 00 ponto</p>
<p>54. Informe a quantidade de pacientes residentes em outros municípios atendidos nas UBSs do seu município:</p>	<p><Quantidade> ou Não possui registro</p>
<p>55. Sobre vacinação antirrábica canina no município no ano de 2016, informe:</p>	<p>Total da população canina no município:</p> <p>Número total de cães vacinados:</p>
<p>56. As unidades básicas de saúde possuem equipamentos ou disponibilizam insumos (fitas, glicosímetros etc.) para medição do nível de glicose dos pacientes?</p>	<p>SIM, todas as UBS possuem SIM, a maior parte das UBS possui SIM, a menor parte das UBS possui NÃO</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
57. Os médicos que prestam serviços nas UBS trabalham em regime de plantão?	Sim - Qual? Plantão presencial Plantão de sobreaviso Não

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde Pública
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-SAÚDE: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-SAÚDE = (Somatório dos indicadores)/100

SÍNTESE i-PLANEJAMENTO

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO PLANEJAMENTO

Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações:

Média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, por meio do seguinte cálculo:

$$| ((B / A) - (D / C)) | = E$$

Seja “A” o valor do indicador do programa previsto inicialmente;

Seja “B” o resultado do indicador do programa realizado;

Seja “C” o valor da meta para a ação do programa;

Seja “D” o resultado da meta realizado;

Seja “E” o resultado do indicador procurado.

O valor de “E” será apurado para cada programa. O seu valor final será a média obtida do resultado de todos os programas. Conforme o resultado que “E” (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - E)/0,2)*100$$

Por exemplo, se E = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados:

Apresenta o valor alcançado de cada uma das ações, dividindo-se o valor da meta física realizada pelo valor estipulado inicialmente no planejamento; e o quanto dos recursos disponibilizados foram utilizados, dividindo-se o valor liquidado pelo valor fixado atualizado, a partir dos dados constantes da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$| ((D / C) - (G / F)) | = H$$

Seja “C” o valor da meta para a ação do programa;

Seja “D” o resultado da meta realizado;
 Seja “F” o valor orçamentário fixado final para a ação;
 Seja “G” o valor liquidado para a ação;
 Seja “H” o resultado do indicador procurado.

O valor de “H” será apurado para cada ação. O seu valor final será a média obtida do resultado de todas as ações. Conforme o resultado que “H” (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - H)/0,2)*100$$

Por exemplo, se H = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Percentual de alteração do planejamento inicial:

Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA - comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas. O cálculo será efetuado da seguinte maneira:

$$J / I = K$$

Seja “J” o valor total dos programas (final);
 Seja “I” o valor total dos programas (inicial);
 Seja “K” o resultado do indicador procurado.
 Conforme o resultado que “K” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Acima de 1,3	0
Entre 0,91 e 1,3	100
Entre 0,51 e 0,9	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 0,5 e 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((K - 0,5)/0,4)*100$$

Por exemplo, se K = 0,6, a nota do indicador será 25 pontos.

- Percentual da taxa de investimento estabelecida no Planejamento inicial e a executada:
Divisão da despesa liquidada classificada pelo código "44" – Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG) pelo valor total da receita arrecadada no mesmo período. O cálculo é feito da seguinte maneira:

$$L / M = N$$

Seja "L" a despesa liquidada total (classificação 44)

Seja "M" a receita total

Seja "N" o resultado do indicador procurado

Conforme o resultado que "N" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior que 0,15	100
Entre 0,021 e 0,149	Graduação entre 0,769 e 99,231
Menor ou igual a 0,02	0

Para resultados entre 0,02 e 0,15, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 0,769 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((N - 0,02)/0,13)*100$$

Por exemplo, se N = 0,10, a nota do indicador será 61,54 pontos.

Quesitos necessários para a apuração dos indicadores do i-Planejamento: <<(preferencialmente apurados por meio de sistema eletrônico, ou por resposta fornecida pela prefeitura)>>:

QUESITOS	RESPOSTAS
1. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2016 foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações?	SIM
	NÃO
2. Realize o <i>upload</i> da planilha eletrônica contendo o planejamento da prefeitura estruturado através de Programas, indicadores, metas e ações, para o ano de 2016:	Disponível apenas no caso de resposta "SIM" no quesito anterior

3. Informe o valor total da dotação inicial autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2016:	
4. Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2016:	
5. Informe o valor total da despesa liquidada com investimentos (despesas classificadas pelo código 44 – investimentos) em 2016:	
6. Informe a receita total arrecadada em 2016:	

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITOS	RESPOSTAS
7. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?	SIM
	NÃO
8. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM
	NÃO
9. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?	SIM
	NÃO
10. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
	NÃO
11. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?	SIM Qual o artigo?
	NÃO
12. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?	SIM Qual o artigo?
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
13. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	SIM
	NÃO
14. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?	SIM
	NÃO
15. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?	SIM
	NÃO
16. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?	Menos de 8 horas/ano;
	Entre 8 a 40 horas/ano;
	Mais de 40 horas/ano.
17. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?	SIM
	NÃO
18. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade tem dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM
	NÃO
19. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?	SIM
	NÃO
20. O sistema informatizado é multiusuário (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
21. Há levantamentos dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?	SIM
	NÃO
22. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento? Obs.: É possível selecionar várias opções	Ensino;
	Saúde;
	Assistência Social;
	Serviços Urbanos;
	Segurança Pública;
	Saneamento;
	Defesa Civil; Outros. Quais?
23. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?	SIM
	Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação:
	NÃO
24. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?	SIM Qual(is)?
	NÃO
25. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? Obs.: É possível selecionar várias opções	Presenciais
	Pela Internet
	Outros (especificar):
	Não realiza audiências públicas

QUESITOS	RESPOSTAS
26. As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Até um mês
	Entre um mês a dois
	Mais de dois meses
	Não há coleta de sugestões pela internet
27. Na coleta pela Internet há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	SIM
	NÃO
	Não há coleta de sugestões pela internet
28. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?	SIM
	NÃO
29. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? Obs.: É possível selecionar várias opções	Diário Oficial
	Jornais
	Panfletos
	Carro de Som
	Website da Prefeitura
	Mural
	Faixas
30. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?	1 (uma)
	Entre 2 a 5
	Mais de 5

QUESITOS	RESPOSTAS
31. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas?	Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas);
	Dia de semana após as 18 horas
	Aos sábados, domingos e feriados.
32. As audiências públicas são transcritas em atas?	SIM
	NÃO
33. As atas de audiências públicas são divulgadas na Internet?	SIM
	NÃO
34. As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?	SIM
	NÃO
35. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?	SIM
	NÃO
36. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento econômico da de despesa?	SIM
	NÃO
37. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	Até 10%
	Entre 10 a 20%
	Mais de 20%
	Não há previsão

QUESITOS	RESPOSTAS
38. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?	SIM Qual o artigo?
	NÃO
39. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?	SIM Qual o artigo?
	NÃO
40. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?	SIM Qual o artigo?
	NÃO
41. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?	SIM
	NÃO
42. Há acompanhamento da execução do planejamento?	SIM
	NÃO
43. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito
	Setor de planejamento
	Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
44. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	SIM
	NÃO
45. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária? Obs.: É possível selecionar várias opções	Dotações previstas e executadas;
	Programas previstos e executados;
	Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
	Outros (Quais?)

QUESITOS	RESPOSTAS
46. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?	SIM
	NÃO
47. Onde ocorre a divulgação dessas peças? Obs.: É possível selecionar várias opções	Portal de Transparência
	Site da Prefeitura
	Mural
	Outros (Quais?)
48. As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo definido no calendário de obrigações do Tribunal de Contas?<<(Quesito preferencialmente apurado por meio de sistema eletrônico, ou por resposta fornecida pela prefeitura)>>	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 400 Pontos mínimos: 000	i-PLANEJAMENTO: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-PLANEJAMENTO = (Somatório dos indicadores)/400

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DOS ASPECTOS FISCAIS

Cada indicador deste índice possui peso igual em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e em relação à gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Análise da Receita (execução orçamentária):

Divisão da receita arrecadada pela receita prevista atualizada, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$O / P = Q$$

Seja “O” a receita arrecadada;

Seja “P” a receita prevista atualizada;

Seja “Q” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “Q” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,5	0
Entre 1,16 e 1,49	Graduação entre 97,14 e 2,86
Entre 0,85 e 1,15	100
Entre 0,51 e 0,84	Graduação entre 2,86 e 97,14
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,16 e 1,5, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 1,5) * (-1) / 0,35) * 100$$

Por exemplo, se $Q = 1,25$, a nota do indicador será 71,43 pontos.

Para resultados entre 0,51 e 0,84, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 0,5) / 0,35) * 100$$

Por exemplo, se $Q = 0,75$, a nota do indicador será 71,43 pontos.

- Análise da Despesa (execução orçamentária):

Divisão da despesa executada pela despesa fixada final, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$R / S = T$$

Seja “R” a despesa executada;
Seja “S” a despesa fixada final;
Seja “T” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “T” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,1	0
Entre 1,01 e 1,09	Graduação entre 90 e 10
Entre 0,9 e 1,0	100
Entre 0,51 e 0,89	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,01 e 1,1, a graduação¹ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 1,1)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se T = 1,05, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,51 e 0,89, a graduação² será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 0,5)/0,4)*100$$

Por exemplo, se T = 0,75, a nota do indicador será 62,5 pontos.

- Análise do resultado da execução orçamentária:
Diferença entre receita arrecadada e despesa executada dividida pela receita arrecadada, excluídos os créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro, com base nos dados da execução orçamentária anual, por meio do seguinte cálculo:

$$R / O = V$$

Seja “R” a despesa executada;
Seja “O” a receita arrecadada;
Seja “V” o resultado do indicador procurado.
Se o resultado do indicador for maior que 1 e menor que 1,2, é necessário um novo cálculo, conforme segue:

1 Leva-se em consideração que a falta de economia na despesa eleva o risco de aumento do endividamento de curto prazo, na medida em que, normalmente, uma parte da receita do orçamento municipal é utilizada para o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

2 Leva-se em consideração que a economia realizada potencializa o risco de comprometimento da prestação dos serviços que o município deve fazer à sua sociedade, evidenciando também a tendência do planejamento inicial desconsiderar a realidade local.

$$|(O - R)| = X$$

Onde “X” é a diferença, em módulo, da receita e da despesa. Em seguida, compara-se “X” com o valor dos créditos abertos com fundamento no superávit financeiro: se o crédito for igual ou maior, significa que o déficit orçamentário está coberto pelo superávit financeiro; se for menor, não há cobertura financeira para o déficit orçamentário.

Em qualquer hipótese, a pontuação será conferida conforme a tabela a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19 (com cobertura do déficit)	Graduação entre 90 e 10
Entre 1,01 e 1,19 (sem cobertura do déficit)	0
Entre 1,01 e 1,10 (com cobertura do déficit)	100
Entre 0,90 e 1,0	100
Entre 0,76 e 0,89	Graduação entre 6,67 e 93,33
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação³ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 1,2) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se $V = 1,15$, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,76 e 0,89, a graduação⁴ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 6,67 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 0,75) / 0,15) * 100$$

Por exemplo, se $V = 0,8$, a nota do indicador será 33,33 pontos.

• **Análise dos Restos a Pagar:**

Divisão dos pagamentos realizados dos restos a pagar pela sua posição inicial. O cálculo é realizado da seguinte forma:

$$W / Y = Z$$

³ Leva-se em consideração o implícito aumento no endividamento, com consequências reais sobre as finanças públicas e até possibilidade de execução orçamentária sem autorização legislativa.

⁴ Leva-se em consideração que a entidade está realizando uma economia considerável de recursos, com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local.

Seja “W” os pagamentos realizados;
 Seja “Y” a posição inicial dos restos a pagar;
 Seja “Z” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “Z” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,95	100
Entre 0,76 e 0,94	Graduação entre 5 e 95
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 0,76 e 0,94, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Z - 0,75)/0,20)*100$$

Por exemplo, se Z = 0,80, a nota do indicador será 25 pontos.

- Despesas com Pessoal – Poder Executivo

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,54	0
Entre 0,513 e 0,539	Graduação entre 50 e 11,48
Menor ou igual a 0,512	100

Para resultados entre 0,513 e 0,539, a graduação⁵ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 1,48 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AA” o resultado do indicador:

$$(((AA - 0,54)*-1/0,027)*40)+10$$

Por exemplo, se AA = 0,515, a nota do indicador será 47,04 pontos.

- Despesa com pessoal - Poder Legislativo:

Resultado	Pontuação
-----------	-----------

⁵ Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

Maior ou igual a 0,06	0
Entre 0,057 e 0,059	Graduação entre 50 e 23,33
Menor ou igual a 0,056	100

Para resultados entre 0,057 e 0,059, a graduação⁶ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 13,33 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “**AB**” o resultado do indicador:

$$(((AB - 0,06)*(-1)/0,003)*40)+10$$

Por exemplo, se AB = 0,058, a nota do indicador será 36,67 pontos.

- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit):

Divisão entre ativo e passivo financeiro, conforme Balanço Patrimonial, por meio do seguinte cálculo:

$$AC / AD = AE$$

Seja “**AC**” o ativo financeiro;

Seja “**AD**” o passivo financeiro;

Seja “**AE**” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “**AE**” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Entre 1,11 e 1,29	Graduação entre 95 e 5
Entre 1,0 e 1,1	100
Entre 0,76 e 0,99	Graduação entre 4 e 96
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,29, a graduação⁷ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 1,30)*(-1)/0,20)*100$$

Por exemplo, se AE = 1,2, a nota do indicador será 50 pontos.

⁶ Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

⁷ Levam-se em consideração um superávit elevado, de maneira que a economia que está sendo realizada poderá comprometer a qualidade dos serviços públicos obrigatórios.

Para resultados entre 0,76 e 0,99, a graduação⁸ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 4 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 0,75)/0,25)*100$$

Por exemplo, se AE = 0,9, a nota do indicador será 60 pontos.

- Apuração da dívida fundada (aumento/redução):

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 1,10	100

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:
Seja “AF” o resultado do indicador:

$$((AF - 1,2)*-1/0,10)*100$$

Por exemplo, se AF = 1,15, a nota do indicador será 50 pontos.

- Apuração dos pagamentos dos precatórios:
Divisão entre o estoque final e o estoque inicial no exercício em análise, conforme o cálculo a seguir:

$$AG / AH = AI$$

Seja “AG” o estoque final dos precatórios;

Seja “AH” o estoque inicial dos precatórios;

Seja “AI” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “AI” assumir, receberá a pontuação a seguir:

⁸ Leva-se em consideração que a entidade está gastando mais do que arrecadando, potencializando o risco de insolvência futura.

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,0	0
Entre 0,91 e 0,99	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 0,9	100

Para resultados entre 0,91 e 0,99, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AI - 1,0)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se AI = 0,95, a nota do indicador será 50 pontos.

- Repasse de duodécimos às Câmaras:

Resultado	Pontuação
Maior que o limite	0
Menor ou igual ao limite	100

- Dívida Ativa: percentual de recebimento
Nível de recebimento da dívida em relação ao estoque inicial. (Quesito Opcional)
Resultado ideal: Maior ou igual 0,10.
- Dívida Ativa: percentual de cancelamento (Quesito Opcional)
Nível de cancelamento da dívida em relação ao estoque inicial.
Resultado ideal: Igual a 0.

Quesitos necessários para a apuração dos indicadores do i-Fiscal: <<(preferencialmente apurados por meio de sistema eletrônico, ou por resposta fornecida pela prefeitura)>>:

QUESITO	RESPOSTA
<p>1. Com base nos dados da execução da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2016), informe os seguintes valores:</p>	Receita arrecada:
	receita prevista atualizada:
	despesa executada:
	despesa fixada final:
	Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro:
<p>2. Com base nos dados do balanço patrimonial do exercício de 2016, informe os seguintes valores:</p>	Ativo financeiro:
	Passivo financeiro:
<p>3. Sobre os restos a pagar processados e não processados do exercício de 2016, informe os seguintes valores:</p>	Saldo inicial total dos restos a pagar:
	Total de pagamentos realizados:
<p>4. Com base nos dados do exercício de 2016, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, informe:</p>	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Executivo
	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Legislativo:
	Percentual da dívida fundada (Saldo Final em 12/2016) em relação à RCL:
<p>5. Sobre pagamento de Precatórios, informe os seguintes valores referentes ao exercício de 2016:</p>	Saldo inicial dos precatórios:
	Saldo final dos precatórios:
<p>6. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal?</p>	SIM
	NÃO

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITO	RESPOSTA
7. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?	

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Fiscal
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-FISCAL: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-FISCAL = (Somatório dos indicadores)/1000

SÍNTESE: i-AMB**MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO MEIO AMBIENTE**

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei nº 12.305/2010 –, informe:	Instrumento normativo publicado ou promulgado – 18
	Submissão do texto à câmara de vereadores – 14
	Está em outras fases de elaboração – 04
	Não realizou o plano – 00
2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	SIM, totalmente – 10 Descreva o processo de destinação:
	PARCIALMENTE – 04 Descreva o processo de destinação:
	NÃO – 00
3. A prefeitura municipal possui Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde itens tais como coleta, transporte e destinação final?	SIM – 13 Informar a lei:
	PARCIALMENTE – 06
	NÃO – 00
4. A prefeitura adota na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental?	SIM – 05 Descreva sucintamente:
	NÃO – 02

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>5. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais? (ex.: implantação de dispositivos para uso racional da água, coleta seletiva, reuso ou reciclagem de material entre outros)?</p>	<p>SIM, para todos os órgãos e entidades – 08 Descreva sucintamente:</p>
	<p>PARCIALMENTE – 03 Descreva sucintamente:</p>
	<p>NÃO – 00</p>
<p>6. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria continua da qualidade ambiental no município?</p>	<p>SIM – 10 Qual: Qual? Descreva sucintamente:</p>
	<p>NÃO – 00</p>
<p>7. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?</p>	<p>SIM – 06</p>
	<p>NÃO – 00</p>
<p>8. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc, inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?</p>	<p>SIM, integralmente – 05</p>
	<p>SIM, na maior parte – 03</p>
	<p>SIM, na menor parte – 01</p>
	<p>NÃO – 00</p>
<p>9. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?</p>	<p>SIM – 06</p>
	<p>NÃO – 00</p>
<p>10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico:</p>	<p>Lei Nº _____ Decreto Nº _____ Outros. Quais? _____</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
14. Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO
15. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino?	SIM – 02 Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO – 00
16. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?	SIM – 02 Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO – 00
17. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?	SIM Descreva o plano:
	NÃO
18. O município participa do <<programa estadual / regional de gestão ambiental, se houver>>?	SIM
	NÃO
19. O município está habilitado junto ao <<Conselho Estadual do Meio Ambiente, se houver>> para licenciar os empreendimentos de impacto local?	SIM
	NÃO
QUESITOS	PONTUAÇÕES
20. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado? (Depende do quesito número 3)	Plano enviado para aprovação legislativa;
	Plano em fase de elaboração.

21. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA – Área de proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?

SIM
Descreva quais as ações e medidas:

NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Meio Ambiente
Pontos máximos: 085 Pontos mínimos: 002	i-Amb: 10/100 – 0,10 (10%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i\text{-Amb} = (\text{Somatório dos indicadores})/85$$

SÍNTESE: i-CIDADE**MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA PROTEÇÃO DA CIDADE**

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui Setor/Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturado(a) (Lei nº 12.608/2012)?	SIM – 30
	Está em fase de estruturação – 05
	NÃO – 00
2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Proteção e Defesa Civil?	SIM Qual número de telefone: (XX) YYYYYYYY
	NÃO
3. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil?	SIM – 10 Qual a forma de registro?
	NÃO – 00
4. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?	SIM – 20
	NÃO – 00
5. O município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?	SIM – 20
	Está em fase de formalização de seu plano – 15
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
6. O município capacita seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil?	SIM, na integralidade de seus agentes – 10 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a maior parte de seus agentes – 07 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a menor parte de seus agentes – 03 Descreva a forma sucintamente:
	NÃO – 00
7. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?	SIM
	NÃO
	NÃO SE APLICA
8. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?	SIM – 10
	NÃO – 00
9. O município está cadastrado no sistema da Proteção e Defesa Civil Estadual <<se houver>>?	SIM
	NÃO
10. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?	SIM
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?	<input type="checkbox"/> SIM – Qual ou Quais? <input type="checkbox"/> Inundações; <input type="checkbox"/> Secas; <input type="checkbox"/> Barragens de água; <input type="checkbox"/> Áreas de ocupação clandestinas (loteamentos, etc.); <input type="checkbox"/> Lixões; <input type="checkbox"/> Loteamentos em situação de risco; <input type="checkbox"/> Barragens de rejeitos de Mineração: No caso de haver Barragens de rejeitos de Mineração: Houve regulamentação da atividade? <input type="checkbox"/> SIM - Qual o número da Lei? <input type="checkbox"/> NÃO Já foi exigido da empresa mineradora o plano de ação em caso de acidente? <input type="checkbox"/> SIM - O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação – Lei 12608/12? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> NÃO
12. O município utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres?	SIM Os sistemas de alerta e alarme são testados com habitualidade? SIM - Qual a frequência (em dias)? NÃO NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Proteção das Cidades
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-CIDADE: 05/100 – 0,05 (5%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-CIDADE = (Somatório dos indicadores)/100

SÍNTESE: i-GOV TI**MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA GOVERNANÇA DE TI**

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. A prefeitura municipal possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?	SIM, com metas acima de 02 anos (após 2018) – 08
	SIM, com metas para até 02 anos (ATÉ 2018) – 05
	NÃO POSSUI PDTI – 00
2. A prefeitura municipal possui um documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?	SIM – 05
	NÃO – 00
3. A prefeitura municipal possui um quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?	SIM, com funcionários efetivos – 08
	SIM, com funcionários efetivos e temporários – 05
	SIM, com funcionários temporários – 02
	Não possui esse quadro – 00
4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?	SIM – 05
	NÃO – 00
5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?	SIM – 04 Qual o periodicidade:
	NÃO – 00
6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)? Obs: este quesito não se refere às exigências contidas na Lei da transparência;	SIM – 05
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
7. O PDTI é divulgado na Internet?	SIM – 05
	NÃO – 00
	Não possui PDTI - 00
8. Os dados e documentos relativos a contratos	SIM – 05

de processos licitatórios são divulgados na Internet?	NÃO – 00
9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na internet, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal?	SIM – Selecione os instrumentos divulgados na Internet: – 05 <input type="checkbox"/> Planos <input type="checkbox"/> Orçamentos <input type="checkbox"/> LDO <input type="checkbox"/> Prestações de Contas e respectivos pareceres prévios <input type="checkbox"/> RREO e sua versão simplificada <input type="checkbox"/> RGF e sua versão simplificada
	NÃO – 00
10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:	Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto) - 08
	Não há pessoal de TI envolvido no processo de compra – 00
11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município – 08
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados – 05
	Os dados não possuem registros eletrônicos – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município – 08
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados – 05
	Os dados não possuem registros eletrônicos – 00
13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta – 08.
	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas – 05.
	Não foi implantada a NFE – 00
14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e conseqüentemente o prazo e custo):	É utilizada a métrica de Pontos de Função
	Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função
	Não existe métrica
	Não houve licitações de software
15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 03
	NÃO – 00
16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	SIM – 06
	NÃO – 00
QUESITOS	PONTUAÇÕES
17. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem	SIM, é divulgado e há treinamento -06

treinamento adequado para a utilização dos mesmos?	SIM, é divulgado mas não há treinamento – 02
	SIM, há treinamento mas não há divulgação – 02
	NÃO – 00
18. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?	SIM
	NÃO
19. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 03
	NÃO – 00
20. Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	Sistema Próprio
	Banco do Brasil
	ComprasNet
	Outros: _____

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>21. O município dá pleno conhecimento e possibilita o acompanhamento pela sociedade, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, nos termos do art. 48-A da LRF?</p>	<p>SIM</p> <p>Quais informações? <input type="checkbox"/> atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; <input type="checkbox"/> do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.</p> <p>NÃO</p>

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão de Governança de TI
<p>Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000</p>	<p>i-GOV TI: 05/100 – 0,05 (5%)</p>

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-GOV TI = (Somatório dos indicadores)/100

ANEXO II
RESULTADOS IEGM 2017, APURAÇÃO 2018

RESULTADOS 2017, APURAÇÃO 2018

		Classe	Nota	I-EDUC	I-SAUDE	I-PLANEJAMENTO	I-FISCAL	I-AMBIENTE	I-CIDADE	I-GOV-TI
IEGM Ceará – 2017	(184 municípios)	C+	0,53	0,53	0,70	0,28	0,69	0,43	0,45	0,49
IEGM Ceará – 2016	(72 municípios)	C+	0,54	0,55	0,73	0,26	0,72	0,37	0,47	0,52
IEGM Ceará – 2015	(51 municípios)	C+	0,54	0,59	0,69	0,32	0,69	0,38	0,47	0,52

Codigo IBGE	Nome Ente	Classe	Nota	I-EDUC	I-SAUDE	I-PLANEJAMENTO	I-FISCAL	I-AMBIENTE	I-CIDADE	I-GOV-TI
2300101	ABAIARA	C	47,31	63	67	29,04	46	42	0	42
2300150	ACARAPE	C	44,95	41	69	26,73	60	34	0	44
2300200	ACARAÚ	C+	52,45	47	82	25	66,77	34	50	48
2300309	ACOPIARA	C	49,06	38	67	25	72,29	65	0	42
2300408	AIUABA	B	62,73	52	68	28,65	99	53	92	66
2300507	ALCANTARAS	C+	50,91	67	78	26,92	54,11	29	10	46
2300606	ALTANEIRA	C+	54,99	51	77	29,04	61,89	51	77	45
2300705	ALTO SANTO	C+	54,90	44	71	41,73	75,75	19	85	45
2300754	AMONTADA	C+	53,89	51	76	25	61,44	56	67	45
2300804	ANTONINA DO NORTE	C+	54,52	51	67	28,85	70	47	75	54
2300903	APUIARÉS	C+	56,60	41	72	25	80	68	80	44
2301000	AQUIRAZ	C	47,38	58	67	25,38	60	29	0	48
2301109	ARACATI	C	49,67	36	66	1,54	76,29	64	80	66
2301208	ARACOIABA	C+	51,69	66	69	30,96	78,75	2	0	51
2301257	ARARENDÁ	C	49,17	56	63	22,93	69,65	39	30	29
2301307	ARARIPE	C+	55,66	63	74	35,58	69,71	22	33	67
2301406	ARATUBA	C+	50,53	45	69	25,38	74,29	53	5	45
2301505	ARNEIROZ	C	45,99	45	58	0	74,2	47	78	39
2301604	ASSARÉ	C+	54,77	49	68	50	75,12	26	20	55
2301703	AURORA	C	49,54	45	72	25,96	66,5	39	28	47
2301802	BAIXIO	C	44,53	36	53	39,42	70	32	0	33
2301851	BANABUIÚ	C+	56,70	59	66	25	70,5	66	50	70
2301901	BARBALHA	C	45,85	55	72	0	74	22	15	54
2301950	BARREIRA	C+	53,30	53	42	50	61,74	87	20	45
2302008	BARRO	C	47,24	64	68	0,19	60	40	60	36
2302057	BARROQUINHA	C+	55,85	56	87	27,69	72,04	36	40	34
2302107	BATURITÉ	B	61,90	41	86	50	70	48	97	57
2302206	BEBERIBE	C	47,95	57	47	25	68,5	58	15	38
2302305	BELA CRUZ	B	60,82	52	68	50	78,86	56	65	44
2302404	BOA VIAGEM	B	60,09	80	82	25,19	70	34	43	62
2302503	BREJO SANTO	C+	54,21	57	69	27,31	65,75	59	38	52
2302602	CAMOCIM	C+	57,21	63	70	22,31	80	27	100	49
2302701	CAMPOS SALES	C+	55,42	65	63	28,85	80	35	40	51
2302800	CANINDÉ	C+	52,55	47	63	25	80	54	37	46

Codigo IBGE	Nome Ente	Classe	Nota	I-EDUC	I-SAUDE	I-PLANEJAMENTO	I-FISCAL	I-AMBIENTE	I-CIDADE	I-GOV-TI
2302909	CAPISTRANO	C+	56,36	57	77	50	58,57	38	30	51
2303006	CARIDADE	C	43,86	61	66	0	64,57	25	40	21
2303105	CARIRÉ	C+	55,69	80	55	30,38	72,33	32	55	44
2303204	CARIRIAÇU	C+	50,65	45	80	13,03	59,71	49	60	64
2303303	CARIÚS	C+	52,57	39	60	49,62	76,5	28	30	65
2303402	CARNAUBAL	C+	54,02	56	79	25	68,09	21	83	43
2303501	CASCAVEL	C+	54,52	51	51	26,92	79,93	53	90	59
2303600	CATARINA	C	48,60	26	74	50	61,24	14	50	49
2303659	CATUNDA	C+	52,26	56	75	26,54	60	12	97	54
2303709	CAUCAIA	C+	55,91	50	66	33,08	73,22	62	50	55
2303808	CEDRO	C+	53,97	69	76	26,92	56,43	38	37	53
2303907	CHAVAL	C	38,63	39	58	0	56,64	44	30	40
2303931	CHORÓ	C+	55,27	50	76	25,96	68,4	55	78	36
2303956	CHOROZINHO	C	48,22	60	67	9,04	71,3	39	15	42
2304004	COREAÚ	C+	56,11	61	80	27,69	75,09	33	33	48
2304103	CRATEÚS	C+	53,39	49	72	25	58,94	67	70	44
2304202	CRATO	C+	57,25	49	59	25	78,5	75	92	57
2304236	CROATÁ	C	49,37	40	73	30,58	60	56	0	61
2304251	CRUZ	C+	54,35	47	78	33,85	54,88	59	63	51
2304269	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	C+	55,64	53	80	34,42	72,04	42	43	28
2304277	ERERÉ	C	44,19	41	37	25	66,96	45	63	51
2304285	EUSÉBIO	B	72,75	71	71	75	96	76	3	48
2304301	FARIAS BRITO	C+	59,28	63	85	28,85	80,78	27	57	44
2304350	FORQUILHA	B	66,50	72	86	27,5	80	62	97	47
2304400	FORTALEZA	B+	75,20	74	76	80,77	69	74	78	79
2304459	FORTIM	C+	50,75	45	65	29,42	70,84	47	32	48
2304509	FRECHEIRINHA	C	48,32	44	59	32,12	55	65	15	61
2304608	GENERAL SAMPAIO	C	45,81	49	76	25	44,57	41	20	36
2304707	GRANJA	B	60,30	46	76	35,58	72,91	68	85	63
2304657	GRANJA	C	49,92	48	49	36,54	80,8	29	43	40
2304806	GRANJEIRO	C	48,83	58	79	6,92	59,74	45	30	42
2304905	GROÁIRAS	C	48,20	54	54	31,54	58,48	51	20	50
2304954	GUAIÚBA	C	46,44	54	51	30,96	63,5	16	30	69
2305001	GUARACIABA DO NORTE	C	48,70	37	69	27,31	77,71	11	72	36
2305100	GUARAMIRANGA	C+	51,00	38	81	25,77	71,24	54	0	48
2305209	HIDROLÂNDIA	C	46,44	45	70	1,35	70,84	49	30	52
2305233	HORIZONTE	C+	59,00	57	86	33,27	68,25	49	50	54
2305266	IBARETAMA	C	49,89	56	79	25	63,2	9	50	37
2305308	IBIAPINA	C	45,61	41	60	27,5	70,8	26	30	33
2305332	IBICUITINGA	C+	57,83	74	75	25,19	75,2	22	63	52
2305357	ICAPUÍ	C+	55,95	58	66	50	50	46	75	56
2305407	ICÓ	C	43,57	39	55	25,38	55,46	22	80	48
2305506	IGUATU	B	63,73	57	97	30	58,89	66	93	78
2305605	INDEPENDÊNCIA	C	46,49	42	69	30,19	60	9	60	47
2305654	IPAPORANGA	C+	57,56	48	71	31,54	84,76	53	50	54
2305704	IPAUMIRIM	C	41,63	41	61	25	55,39	26	0	51
2305803	IPU	C+	51,72	51	72	27,12	70	41	30	42
2305902	IPUEIRAS	C	46,85	60	69	3,85	71,63	31	0	57
2306009	IRACEMA	C+	51,19	50	61	48,46	60	41	33	31

Codigo IBGE	Nome Ente	Classe	Nota	I-EDUC	I-SAUDE	I-PLANEJAMENTO	I-FISCAL	I-AMBIENTE	I-CIDADE	I-GOV-TI
2306108	IRAUÇUBA	C+	52,81	42	84	32,88	69,67	34	25	49
2306207	ITAIÇABA	C	46,88	47	77	2,5	78,9	26	20	44
2306256	ITAITINGA	C+	54,98	40	77	32,88	69,5	52	72	46
2306306	ITAPAJÉ	C+	53,77	45	74	31,35	70	42	67	43
2306405	ITAPIPOCA	C+	56,63	55	81	28,65	70	61	0	72
2306504	ITAPIÚNA	C+	57,30	68	85	25,96	68,29	48	23	38
2306553	ITAREMA	C+	58,35	61	82	37,5	71,74	31	50	46
2306603	ITATIRA	C+	54,27	65	58	50	61,09	51	0	47
2306702	JAGUARETAMA	C+	53,26	40	77	25,77	67,79	39	97	48
2306801	JAGUARIBARA	C+	56,38	46	67	27,5	74,17	65	75	64
2306900	JAGUARIBE	C+	54,58	45	69	44,04	59,36	34	85	69
2307007	JAGUARUANA	C+	52,82	49	68	26,35	60	44	85	70
2307106	JARDIM	C	45,36	47	62	25	48,79	58	0	60
2307205	JATI	C	49,03	40	72	30,19	83,7	25	0	27
2307254	JIJOCA DE JERICOACOARA	C	48,71	43	71	28,7	57,61	61	0	51
2307304	JUAZEIRO DO NORTE	C+	56,74	64	65	25	72,45	55	60	59
2307403	JUCÁS	C+	58,65	56	81	32,5	70	48	57	62
2307502	LAVRAS DA MANGABEIRA	C+	51,66	40	69	25	72,04	54	40	61
2307601	LIMOEIRO DO NORTE	C	49,64	50	63	25	61,71	36	72	50
2307635	MADALENA	C+	50,49	56	64	28,46	60	46	40	44
2307650	MARACANAÚ	B	67,38	75	59	79,42	63,5	44	75	77
2307700	MARANGUAPE	C+	57,10	72	72	25	60	38	97	53
2307809	MARCO	C	46,56	33	59	31,35	71,44	32	40	48
2307908	MARTINÓPOLE	C	46,26	50	82	1,35	67,46	24	20	54
2308005	MASSAPÃS	C	41,42	29	51	25	75,37	26	5	50
2308104	MAURITI	C+	58,96	64	69	25	74,3	81	50	38
2308203	MERUOCA	C	47,16	55	58	26,35	57,44	24	75	33
2308302	MILAGRES	C+	54,24	63	85	0	77,19	51	40	42
2308351	MILHÃ	C	43,82	35	69	23,7	63,91	21	20	48
2308377	MIRAÍMA	C	41,18	46	69	5,77	60,86	24	0	49
2308401	MISSÃO VELHA	C+	52,28	69	86	1,54	61,62	53	33	34
2308500	MOMBAÇA	C+	56,64	65	72	38,08	67,89	31	43	56
2308609	MONSENHOR TABOSA	C	48,00	40	64	25	80	36	0	52
2308708	MORADA NOVA	C+	51,48	53	54	31,15	56,5	64	75	48
2308807	MORAÚJO	C	42,74	43	73	2,5	63,46	31	30	35
2308906	MORRINHOS	C+	59,45	49	79	33,27	90	46	40	52
2309003	MUCAMBO	C+	53,30	62	68	31,15	59,61	67	0	49
2309102	MULUNGU	C+	53,79	47	79	26,54	72,92	41	50	42
2309201	NOVA OLINDA	B	62,22	65	71	35,19	82,18	66	65	34
2309300	NOVA RUSSAS	B	62,79	65	81	30,96	70	73	65	57
2309409	NOVO ORIENTE	B	60,68	66	75	37,12	62,78	62	78	48
2309458	OCARA	C	49,93	44	76	26,15	59,25	42	45	48
2309508	ORÓS	C+	54,70	63	71	25	64,26	33	83	52
2309607	PACAJUS	C+	51,70	42	74	28,27	69,5	42	57	38
2309706	PACATUBA	C+	50,50	59	59	0	58,5	86	80	52
2309805	PACÓTI	C	48,05	43	68	25,77	68,75	36	25	42
2309904	PACUJÁ	C+	54,77	69	84	29,04	57,33	51	0	36
2310001	PALHANO	C+	58,40	79	69	25	60	61	78	36
2310100	PALMÁCIA	C+	53,09	53	71	25,19	50	66	80	53

Codigo IBGE	Nome Ente	Classe	Nota	I-EDUC	I-SAUDE	I-PLANEJAMENTO	I-FISCAL	I-AMBIENTE	I-CIDADE	I-GOV-TI
2310209	PARACURU	C+	54,29	47	77	26,54	86,43	45	0	48
2310258	PARAIPABA	C+	50,60	43	75	25	70	53	0	54
2310308	PARAMBU	C+	52,25	28	81	50	77	14	50	23
2310407	PARAMOTI	C	46,15	35	81	0	69	45	50	43
2310506	PEDRA BRANCA	C	45,08	20	61	31,15	68,77	27	65	59
2310605	PENAFORTE	B	66,33	86	86	50	65,9	62	0	51
2310704	PENTECOSTE	C+	57,00	62	75	29,23	69,5	33	83	48
2310803	PEREIRO	C+	56,28	54	71	37,88	73,53	52	30	46
2310852	PINDORETAMA	C+	57,85	67	50	50	80	34	57	44
2310902	PIQUET CARNEIRO	C+	59,90	57	79	40,77	69	39	73	64
2310951	PIRES FERREIRA	B	66,85	59	84	48,27	84	48	70	70
2311009	PORANGA	C	49,09	44	50	37,12	74,56	31	40	57
2311108	PORTEIRAS	B	60,84	55	85	28,08	76,11	65	67	43
2311207	POTENGI	B	60,64	59	85	50	87,43	33	0	21
2311231	POTIRETAMA	C+	52,11	46	81	50	60,79	2	30	57
2311264	QUITERIANÓPOLIS	C+	53,73	48	84	35,38	55,75	41	50	50
2311306	QUIXADÁ	C+	51,98	55	68	25	63,67	44	40	65
2311355	QUIXELÔ	C	46,91	66	57	34,62	60,95	9	0	46
2311405	QUIXERAMOBIM	C+	57,18	57	65	35,38	57,04	61	100	64
2311504	QUIXERÉ	C+	56,97	43	69	34,42	95,2	38	40	57
2311603	REDENÇÃO	B	60,25	68	78	25	80	44	55	58
2311702	RERIUTABA	C+	55,82	65	80	27,12	70	22	48	56
2311801	RUSSAS	C+	59,65	55	69	30,77	90,5	35	100	42
2311900	SABOIEIRO	C	48,35	44	60	25	59,24	54	50	56
2311959	SALITRE	C	46,45	45	70	30,77	55,25	12	60	41
2312205	SANTA QUITÉRIA	C+	53,90	44	86	25	60	58	30	72
2312007	SANTANA DO ACARAÚ	C	45,97	44	47	33,85	60	38	65	39
2312106	SANTANA DO CARIRI	C+	53,32	40	67	25,96	74,41	60	80	37
2312304	SÃO BENEDITO	B	60,71	68	85	32,5	80,8	34	33	48
2312403	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	C+	57,01	72	53	29,81	79	29	82	65
2312502	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	C+	51,48	51	56	26,73	66,15	60	75	35
2312601	SÃO LUÍS DO CURU	C+	59,87	75	72	25,58	70	64	55	44
2312700	SENADOR POMPEU	C	42,08	37	62	0,58	63,59	38	70	43
2312809	SENADOR SÁ	C+	50,07	77	58	25	68,85	22	0	42
2312908	SOBRAL	B	72,72	86	83	30,58	81,5	86	65	93
2313005	SOLONÓPOLE	C+	57,95	59	66	49,23	70	53	40	36
2313104	TABULEIRO DO NORTE	C+	55,81	66	69	20,05	71,99	56	50	46
2313203	TAMBORIL	C	44,41	37	71	25	69,29	18	0	43
2313252	TARRAFAS	C	48,93	55	53	33,46	67,21	27	67	23
2313302	TAUÁ	C	48,00	42	67	1,73	77,04	35	60	79
2313351	TEJUÇUOCA	C+	51,68	46	58	34,42	79,25	28	50	57
2313401	TIANGUÁ	C+	51,86	66	70	30,38	57,68	45	0	51
2313500	TRAIRI	C	46,01	47	60	3,27	60,8	61	60	54
2313559	TURURU	C	43,96	35	69	30,58	63,21	25	0	38
2313609	UBAJARA	C	44,42	30	66	25	71,33	29	0	61
2313708	UMARI	C	38,86	42	45	26,15	61,15	21	0	38
2313757	UMIRIM	C+	51,66	52	74	25,96	68,08	18	70	47
2313807	URUBURETAMA	C	43,45	59	73	0	60	28	0	45
2313906	URUOCA	B	64,49	65	85	32,69	71,74	59	90	64

Codigo IBGE	Nome Ente	Classe	Nota	I-EDUC	I-SAUDE	I-PLANEJAMENTO	I-FISCAL	I-AMBIENTE	I-CIDADE	I-GOV-TI
2313955	VARJOTA	C+	54,07	54	57	38,27	72,33	48	33	66
2314003	VÁRZEA ALEGRE	C+	54,04	54	69	3,46	80	75	63	42
2314102	VIÇOSA DO CEARA	C	49,69	50	60	25	61,7	39	60	69

LEGENDA:

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com not
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,00% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%